

Debate **Sindical**

Ano 10 - nº 23 - outubro / novembro / dezembro 1996 - R\$ 7,50

As causas do refluxo do movimento operário

**A plenária da CUT diante
da ofensiva neoliberal**

**O movimento sindical e
a luta institucional**

**Crise do Golfo e declínio
do império americano**



ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** O movimento sindical e a luta política
(José Carlos Ruy)
- 10** As conclusões da plenária nacional da CUT
(Sérgio Barroso)
- 14** Perigos do "sindicato orgânico" cutista
(José Geraldo Santana)
- 17** A juventude e a barreira do desemprego
(Luciana Bento)
- 20** As causas do refluxo do movimento operário
(Armando Boito Jr.)
- 25** As mutações no proletariado da França
(Michel Cahen)
- 28** As polêmicas sobre a sociedade do trabalho
(Lincoln Secco)
- 33** Consequências da automação nas empresas
(Selma Baçal de Oliveira)
- 38** A complexa relação entre partido e sindicato
(Antônia Vitória Aranha)
- 45** Crise no Golfo e declínio dos EUA
(Umberto Martins)
- 51** A luta pela reconstrução do Vietnã
(Aldo Rebelo)
- 53** O sindicalismo na era da Internet
(Carlos Pompe)
- 57** Resenha de livro
(Augusto César Buonicore)

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010.

Fone/fax: (011) 289-1496

Conselho de Redação

Altamiro Borges
Augusto Buonicore
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Umberto Martins

Conselho Editorial

Armando Boito
César Benjamim
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco J.S. Teixeira
João Pedro Stédile
Luís Fernandes
Luís Antonio Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes
Abigail Pereira
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida de Souza
Gilson Luís Reis
Gregório Poço
José Alvaro Gomes
José Carlos Schultz
Luiz Raimundo Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianeí Martins
Wagner Gomes

Revisão

Josenildo Marques
Cláudio R. Souza

Capa

Big Nel (fone: 285-2646)

Editoração eletrônica

Sandra Luiz Alves (fone: 289-9574)

Impressão e acabamento

Editora Parma

Observação

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Companheiro (a) sindicalista

Mais um bastião do neoliberalismo está abalado. A greve geral de 36 horas na Argentina, no final de setembro, evidencia o crescimento da onda de protesto contra a hegemonia neoliberal. Segundo o insuspeito jornal *Clarín*, "foi a maior mobilização de rechaço contra o modelo econômico de Menem". As próprias entidades patronais reconheceram que mais de 80% dos trabalhadores argentinos aderiram à greve geral. A CGT anunciou 95% de adesão!

Este é o terceiro protesto consecutivo em menos de dois meses. Em 8 de agosto, ocorreu uma greve geral de 24 horas. Já em 12 de setembro, os partidos de oposição e as entidades democráticas do país promoveram um massivo "apagón" (blecaute). Agora, várias centrais sindicais da América Latina, com destaque para a CUT/Brasil, que estiveram em Buenos Aires para apoiar a greve, falam em organizar um protesto unificado contra a ofensiva neoliberal no continente.

Motivos para lutar não faltam. Nos seus sete anos de governo, Carlos Menem destruiu a economia Argentina, penalizando sobretudo os assalariados. Estatísticas oficiais apontam um índice de desemprego de 17,1%. A precarização das condições de trabalho é assustadora. O recém-anunciado pacote de flexibilização laboral prevê a ampliação da jornada para 12 horas diárias; o parcelamento do 13º salário em doze vezes; o não pagamento das horas-extras; e o incentivo à demissão dos servidores públicos, entre outros retrocessos.

A ferocidade desta política regressiva e destrutiva explica a própria ampliação do movimento de resistência. "Menem governa para o FMI ... E o povo não perdoa a traição e a entrega do país", afirmou Rodolfo Daer, secretário-geral da CGT, para os mais de 100 mil grevistas presentes na Praça de Mayo, em frente à Casa Rosada, sede da presidência da República. Até há pouco, esta central sindical, que tem vários de seus integrantes na direção nacional do Partido Justicialista (governista), defendia abertamente a política de ajuste econômico de Menem.

Numa economia tão vulnerável como a da Argentina, condicionada ao dólar e "bichada" pelo capital especulativo, protestos como os recentes tendem a produzir fortes abalos. A guerrilha de Chiapas ainda é lembrada como um dos fatores do colapso mexicano. Não é para menos que o ministro da Economia, Roque Fernandes, no dia da greve esteve em Nova Iorque para dar explicações ao grande capital. Menem ironizou o protesto, tratando-o como "uma greve turística", mas no íntimo deve se assustar com a força da resistência ativa dos trabalhadores. Outros neoliberais de plantão no continente também devem sentir calafrios!



Alexandre Machado

O movimento sindical, as eleições e a luta política

José Carlos Ruy *

“Os comunistas lutam para alcançar os objetivos e interesses imediatos da classe operária; mas, ao mesmo tempo, defendem também, dentro do movimento atual, o futuro desse movimento”. [1] Esta frase, do *Manifesto Comunista*, exprime com rara transparência a postura que os comunistas têm no movimento operário e na luta política, e que os distingue fundamentalmente de outras tendências proletárias.

Ela cristaliza, numa fórmula simples, a articulação necessária que deve ocorrer entre os pequenos conflitos cotidianos e a exigência de melhores salários, condições de vida e de trabalho (que são os objetivos imediatos), com os objetivos finais desse movimento, o fim do capitalismo e sua substituição por um sistema social mais avançado. Este é o segredo da luta dos comunistas, para o qual Marx e Engels chamavam a atenção há quase 150 anos, dando origem a uma sólida tradição de política operária.

O mesmo problema se recoloca para os trabalhadores, militantes do movimento operário e, principalmente, para os sindicalistas em cada eleição, em cada momento em que o poder político, na sociedade burguesa, parece suspenso e sob julgamento popular. E não é um problema trivial, como se pode ver no próprio debate que muitas vezes provoca entre esses setores populares. Qual caminho a seguir? Participar das eleições? Ou deixá-las de lado, como episódios não decisivos na luta pela superação do capitalismo? Privilegiar a participação nos parlamentos e nos governos dirigidos por políticos ligados ao povo, ou dar preferência à organização independente dos operários, em seus sindicatos e em seu partido?

A argumentação em defesa de cada uma dessas posições muitas vezes é apaixonada, verbaliza-se de forma radical, socorre-se de textos clássicos do marxismo, polariza-se, e é comum aos partidários de cada uma dessas posições encarar com suspeitas os que têm idéias opostas às suas.

Mas, apesar das cores marxistas, as soluções unilaterais para o problema da articulação entre a luta imediata e os objetivos futuros, entre a luta econômica e a luta política, são estranhas ao espírito do marxismo. Marx e Engels, por exemplo, criticaram asperamente o socialismo anglo-americano por "seu isolamento do movimento operário". [2] Numa carta de 29 de novembro de 1886, Engels enfatizava a insuficiência da organização sindical, que devia ser coroada pela organização de um partido operário. "Um dos primeiros passos importantes de qualquer país que entra no movimento deve ser a

organização de um partido operário independente". [3]

Um mês depois, em 28 de dezembro de 1886, Engels voltou ao assunto noutra carta, comentando a necessidade dos operários americanos apoiarem um político democrático, Henry George. Ele insistiu na importância da participação nas eleições, mesmo que em aliança com políticos democráticos com um compromisso pouco claro com a classe operária. "Um ou dois milhões de votos operários dados em novembro a um partido operário real (*bona fide*)", escreveu, "são no momento atual infinitamente mais importantes do que uma centena de milhares de votos dados a um programa impecável no aspecto teórico". [4]

O marxismo não é um dogma, mas um guia para a ação, lembrou o próprio Engels na carta de 29 de novembro de 1886. Como pensamento avançado, teoria científica do desenvolvimento da sociedade, ele é um instrumento flexível e fértil para a ação política prática, diária, da classe operária. A opinião de Engels estava fundamentada nas quatro décadas de desenvolvimento do socialismo científico, promovido por Marx e por ele próprio.

Marx prega a transformação da luta econômica em luta aberta contra a burguesia

Em 1847, no livro **A miséria da filosofia**, Marx já preconizava - em polêmica contra o apoliticismo de Proudhon - a transformação do movimento econômico dos trabalhadores em luta abertamente política contra a burguesia. Ele mostrava como a luta sindical, as greves, as coalizões operárias, resultam do próprio desenvolvimento da indústria moderna e da concorrência. Marx lembra que a luta econômica surgiu com o próprio desenvolvimento do capitalismo, faz parte dele. E rapidamente passou das organizações passageiras, visando greves e lutas isoladas, para organizações maiores e mais permanentes, como as *trade-unions*, levando

finalmente à formação do partido cartista, que animou o maior movimento político até então protagonizado pelos operários ingleses.

Essa luta, inicialmente, era apenas de resistência. Mas foi nela que os operários fortaleceram sua organização e sua própria consciência de classe, e emergiram para a luta política contra a burguesia. A massa se constituiu então “em classe em si mesma. Os interesses que ela defendia tornaram-se interesses de classe. Mas a luta de classe é uma luta política”, ressalta Marx [5].

A mesma compreensão da necessidade de coroamento da luta econômica pela luta política foi indicada, mais tarde, por Lênin. Comentando as greves, num artigo de 1899, ele escreveu que “decorrendo da própria essência da sociedade capitalista”, elas “significam o começo da luta da classe operária contra esse sistema de sociedade” [6]. E apontava as lições que os operários podem tirar das greves. Em primeiro lugar, elas ensinam aos operários a conhecer a força dos patrões, e também sua própria força; elas abrem os olhos dos operários “quanto ao governo e às leis”; finalmente, elas “habitua os operários a unirem-se”. Por isso, diz Lênin, as greves são uma “escola de guerra”. [7]

Décadas mais tarde, em **O esquerdismo, doença infantil do comunismo**, Lênin fez um esboço da história dos sindicatos, mostrando que eles foram um progresso gigantesco nos primeiros tempos de desenvolvimento do capitalismo, pois significaram “a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe”. Entretanto, quando apareceu a “forma superior de união de classe dos proletários, o partido revolucionário do proletariado”, os sindicatos começaram a manifestar alguns traços reacionários, corporativos, rotineiros, e o apoliticismo começou sua carreira entre os sindicalistas.

“Mas o desenvolvimento do proletariado”, insiste Lênin, “não se realizou, nem pode realizar-se, em nenhum país de outra forma a não ser por meio dos sindicatos e por sua ação conjunta com o partido da classe operária”. Por isso, os sindicatos são e serão

por muito tempo, diz Lênin, “uma necessária escola de comunismo”. [8] Esta ação conjunta do sindicato e do partido operário, indicada por Lênin, exprime aquela articulação entre os objetivos imediatos e futuros do movimento operário apontada por Marx e Engels no Manifesto Comunista.

Lênin, em 1899, havia chamado os sindicatos de escola de guerra. Mas, lembrava então, “uma escola de guerra não é ainda a própria guerra”. [9] Lênin polemizava com aqueles que pensavam que basta aos operários organizar uma greve geral para obter dos capitalistas e do governo o atendimento de suas reivindicações. Ao contrário, dizia, os operários devem organizar seu próprio partido de classe e, das greves isoladas, passar “à luta de toda a classe operária pela libertação de todos os trabalhadores” [10].

Lênin defende um ativo trabalho de educação política do operariado

Contra o espontaneísmo e contra aqueles que reduzem a luta operária à sua mera expressão econômica, em 1902, num livro famoso, **Que fazer?**, Lênin defendeu a tese de que a consciência socialista surge da articulação do movimento operário com o conhecimento filosófico e científico mais avançado (ele apenas repete aqui uma velha tese revolucionária: o comunismo, Marx já havia dito, resulta da união da teoria avançada com o movimento operário). Com suas próprias forças, com as limitações que as próprias condições de vida e de trabalho impõe aos operários, a classe operária só pode desenvolver uma consciência sindical, isto é, “a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários”. [11]

Os comunistas não ficam só nisso. Dirigem “a luta da classe operária não só para obter condições vantajosas de venda da força de trabalho, mas para que seja destruído o regime social que obriga os não possuidores



a venderem-se aos ricos”: [12] Por isso, cabe-lhes “empreender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento de sua consciência política”. [13]

O partido é o instrumento para essa sua atividade. Ele ilumina e articula todo o movimento dos trabalhadores para quebrar os limites do capitalismo e levar a sociedade a rumos mais avançados. É essencial pois sem a consciência de classe, sem a organização dos trabalhadores, sem sua preparação e sua educação através da luta contra a burguesia, “não se pode sequer falar de revolução socialista”, [14] escreveu.

Falando das tarefas do proletariado na revolução russa de 1905, escreveu Lênin que a classe operária deve ir além de uma concepção estreita da luta de classe, compreendida apenas como luta sindical, e ampliar o sentido e o conteúdo de sua luta até abarcar, em seu âmbito, não só “as tarefas democráticas da atual revolução russa” mas também “as tarefas da futura revolução socialista”. [15] Mas a luta pelo socialismo não é alheia à democracia política, diz o líder bolchevique. “Quem quiser chegar ao socialismo por

outro caminho que não seja o da democracia política, chegará inevitavelmente a conclusões absurdas e reacionárias tanto no sentido econômico como no político”. [16]

As idéias políticas de Lênin foram gestadas e geradas, em sua maior parte, nas condições da luta revolucionária em uma sociedade extremamente atrasada, onde as sobrevivências feudais eram muito fortes e o próprio Estado ainda não havia passado por uma transformação democrático burguesa como havia ocorrido nos países mais avançados da Europa. Em sua generalidade, elas tem um valor universal inestimável - compõem um patrimônio do proletariado revolucionário, na medida em que desenvolvem e aplicam praticamente as indicações geniais da íntima articulação entre luta econômica e luta política deixadas por Marx e Engels.

Gramsci combate a visão economicista como vertente do pensamento burguês

Antonio Gramsci, líder revolucionário e fundador do Partido Comunista Italiano, e um dos mais notáveis teóricos marxistas de

nosso século, partiu dessas idéias e procurou aplicá-las à realidade italiana. A herança de Gramsci teve um destino perverso. Ele escreveu nas condições extremamente difíceis dos presídios do fascismo italiano, obrigado a usar uma linguagem cifrada destinada a enganar a censura carcerária, e foi vítima, nos anos 70, de uma tentativa de apropriação pelos revisionistas de nosso tempo, particularmente pelos eurocomunistas.

Apesar disso, o estudo de sua obra pode ser de grande valia para a luta operária de nosso tempo. Em primeiro lugar, por uma questão de justiça para com o revolucionário que Gramsci foi, cuja memória precisa ser expurgada do reformismo que a leitura revisionista tentou lhe atribuir postumamente. E, em segundo lugar, pelo valor de suas idéias políticas e pelas preciosas indicações que podem oferecer. Gramsci escreveu e atuou num país cujo desenvolvimento político tem grandes semelhanças não só com a Rússia de Lênin, mas também com nossa própria história.

Na Itália, como na Rússia czarista e no Brasil, a revolução democrática burguesa seguiu por caminhos divergentes em relação ao padrão das grandes revoluções burguesas, como a inglesa ou a francesa. Nesses países, a luta operária confrontou-se com poderosas sobrevivências políticas dos regimes pré-capitalistas, sobrevivências que se exprimem nos governos, nos parlamentos e na própria organização do Estado nesses países. Na Rússia, essas contradições foram resolvidas na revolução de 1917, que deu início a uma nova e mais avançada organização estatal. Na Itália, elas levaram ao fascismo que durou duas décadas, à guerra e só depois disso à reorganização do Estado em bases democráticas. No Brasil, a revolução burguesa parece concluir-se sem um processo revolucionário de massas, que acabe com as sobrevivências do passado e garanta a autonomia do país e da própria classe burguesa que o dirige.

Fiel à tradição marxista, Gramsci fazia a distinção nítida entre a luta política dos operários e a luta sindical. Uma das críticas mais contundentes que ele fazia a Georges Sorel, teórico do sindicalismo revolucionário, é jus-

tamente contra sua concepção do sindicato profissional, que não alcança a compreensão da necessidade do partido político operário.[17] Para Gramsci o economicismo (ou o sindicalismo teórico, como ele dizia) era filiado diretamente ao liberalismo, isto é, ao pensamento político da burguesia.

Essa concepção transforma os trabalhadores em prisioneiros da luta econômica (a “fase econômico-corporativa”, nas palavras de Gramsci), e fica nos limites do capitalismo, tornando-os incapazes de lutar pelo poder político (a luta para “elevar-se à fase da hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante no Estado”, como ele diz). [18] O sindicalismo teórico é, assim, estranho ao marxismo e banaliza suas teses quando toma-as de empréstimo para justificar sua repulsa à política e sua ênfase na luta meramente econômica.

É na luta política que os trabalhadores adquirem a consciência de classe

Gramsci lembra que é no terreno da luta política, no campo da luta ideológica, que os trabalhadores adquirem a consciência dos conflitos fundamentais da sociedade, das condições e imposições da luta de classes.[19] Sua descrição da luta política como guerra de posição ou guerra de movimento tornou-se moeda corrente na literatura reformista, sendo muitas vezes usada para justificar o oportunismo reformista que paralisava a luta operária a pretexto de manter as posições obtidas. Mas essa descrição inspirada pelos desenvolvimentos militares da I Grande Guerra não pode ser segmentada, como fazem os reformistas, em uma coisa ou outra.

Na verdade, há em Gramsci uma íntima articulação entre os dois movimentos, onde a guerra de posição representa as conquistas, democráticas e sociais, obtidas pelos trabalhadores, e a guerra de movimento representa a ação das grandes massas que leva a essas conquistas. Mas ele alerta, contra os que se encantam com as virtudes da democracia

burguesa, que na “luta política não é possível macaquear os métodos de luta das classes dominantes, sem cair em fáceis emboscadas”.

“O caráter de classe leva a uma diferença fundamental: uma classe que deve trabalhar cada dia com horário fixo não pode ter organizações de assalto permanentes e especializadas, como uma classe que desfruta de amplas possibilidades financeiras e não está ligada, por todos os seus membros, a um trabalho fixo”. Assim, para essa classe, para os trabalhadores, “as estruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras da guerra moderna”. [20]

São trincheiras que defendem, na guerra de posição, aquilo que foi obtido na guerra de movimentos. E uma das trincheiras mais importantes, aqui, são os sindicatos. Na medida em que são organizações independentes da classe operária, eles são postos avançados não apenas da democracia, como esse regime é compreendido modernamente, isto é, da república parlamentar burguesa. Mais do que isso, são postos avançados da luta operária, do esforço da vanguarda da classe em cumprir aquela exigência apontada por Lênin: ser uma escola de guerra da classe operária.

Nesse sentido, a luta sindical não pode ser alheia à luta política mesmo aquela mais atrasada, mais conjuntural, mais ligada às próprias necessidades do Estado capitalista. É nessa luta que a classe operária afia suas armas, prepara-se para o futuro; ela é um momento privilegiado de discussão política, de desnudamento das mazelas do Estado capitalista e da política burguesa; é nela que, visando os objetivos imediatos da classe, os militantes e sindicalistas articulam a luta pelos objetivos futuros, a conquista da sociedade socialista.

NOTAS

- 1- Marx e Engels, **Manifesto Comunista**, in Marx e Engels, Obras Escogidas, t. 1, Editorial Ayuso, Madrid, 1975, p. 49
- 2- Lênin, “Prefácio à tradução russa do livro Cartas de J. P. Becker, J. Dietzgen, F. Engels, K. Marx e outros, a F. A. Sorge e outros”, in **Obras Escolhidas**, t. 1, Editorial Progreso, Moscou, e Editorial Avantel, Lisboa, 1986, p. 317
- 3- Lênin, “Prefácio...”, p. 318
- 4- Lênin, “Prefácio...”, p. 317
- 5- Marx, Karl. **Miséria da Filosofia**. Livraria Exposição do Livro, S. Paulo, s/d, p. 148
- 6- Lênin, “Sobre as greves”, in **Obras Escolhidas** em seis tomos, p. 22
- 7- Lênin, “Sobre as greves”, p. 24 e 25
- 8- Lênin. **La enfermedad infantil del “izquierdismo” en el comunismo**. Editorial Progreso, Moscou, 1976, p. 36 e 37
- 9- Lênin, “Sobre as greves”, p. 25
- 10- Lênin, “Sobre as greves”, p. 27
- 11- Lênin. **Que fazer?**, in Lênin, Obras Escolhidas, t. 1, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1979, p. 101 e 135
- 12- Lênin, “Que fazer?”, p. 119
- 13- Lênin, “Que fazer?”, p. 119
- 14- Lênin. **Duas táticas da social democracia na revolução russa**, in Lênin, Obras Escolhidas em seis tomos, t. 1, p. 180
- 15- Lênin, “Duas táticas...”, p. 260
- 16- Lênin, “Duas táticas...”, p. 180
- 17- Gramsci, Antonio. **Obras Escolhidas**, (trechos de “Maquiável, a política e o estado moderno”), Martins Fontes Editora, S. Paulo, 1978, p. 149
- 18- Gramsci, Antonio, idem, p. 177
- 19- Gramsci, Antonio, idem, p. 182
- 20- Gramsci, Antonio, idem, p. 209 (cotejada com a edição da Editora Civilização Brasileira, de 1980, p. 70)

* Jornalista, integrante do Conselho Editorial da revista *Princípios*

Sérgio Mekler



CUT define plano de luta contra o neoliberalismo

Sérgio Barroso *

Maior unidade na avaliação dos efeitos nocivos da ofensiva neoliberal e na definição do plano de lutas; divergências na balanço da atuação recente da central, com destaque no que se refere ao chamado “acordo de previdência”; e crescente oposição à proposta do “sindicato orgânico” cutista. Em essência, estes foram os temas abordados na 8ª plenária nacional da CUT, realizada em agosto passado, em São Paulo, conforme a síntese publicada a seguir.

A 8ª plenária nacional da CUT realizou-se num ambiente bastante distinto daquele do ano passado. Novos elementos do quadro internacional dão maior nitidez à instabilidade sob hegemonia neoliberal. Variadas manifestações da luta de classes incidem sobre a conduta tática do movimento sindical. A

luta de classes vai se acirrando, enquanto tendência, o que “força” a unificação da análise dos fenômenos objetivos.

Com efeito, a combativa e vitoriosa greve dos trabalhadores franceses, em dezembro de 95, reergueu a confiança classista na contraposição da resistência à capitulação da

negociação propositiva. O que demonstrou ser a defesa ativa e radicalizada, a melhor resposta. Isto num quadro de forças muito desfavorável, mesmo considerando o êxito temporário.

Numa outra ponta, o resultado eleitoral russo teve profundo significado. Primeiro pelas raízes históricas da extraordinária experiência socialista deste século. Segundo por fazer acordar os que se acovardavam ante o terrorismo intelectual neoliberal que afirmava que “esta é a crise terminal do socialismo”. Ao contrário, numa eleição corrupta, manipulada e fraudada, apenas cinco anos após a desintegração soviética, a reestruturação capitalista na Rússia é que dá sinais de esgotamento.

Também no Brasil a situação política vem se alterando. O governo federal vem acumulando desgaste. A desindustrialização do país, o rombo gigantesco na balança de pagamentos, a dívida interna que ultrapassa os 150 bilhões de dólares, o desemprego alarmante e os compromissos de FHC com banqueiros ladrões, principalmente, são a outra face do Real. Cresceu a insatisfação em amplas camadas do povo; caiu, rapidamente, a popularidade do presidente da República e de seu programa neoliberal.

A plenária nacional da CUT refletiu, no terreno político, mais ou menos esse panorama. As principais “teses” preparatórias para o evento revelaram-se mais animadas na crítica à globalização neoliberal. “Uma resistência crescente dos trabalhadores e de seus aliados, em todos os continentes, têm sinalizado os limites das políticas neoliberais”, diz o texto da maioria, a *Articulação Sindical*. Já a corrente *Alternativa Sindical Socialista* afirma que “após anos de resistência à ordem do capital, observa-se um crescimento das lutas sociais”. Segundo o documento do *PSTU*, “por todo o mundo, estão se multiplicando as lutas”. Para a *Corrente Sindical Classista*, “a década de 90 se inicia com a ocorrência de greves gerais em vários países da Europa (Itália, Espanha, Bélgica, Holanda etc.), que, se aliadas aos recentes processos eleitorais (Índia, Rússia, Itália, Buenos Ayres, Montevidéu, Equador e outros) confor-

mam o crescimento da contestação mundial ao neoliberalismo”.

Tem importância registrar ainda semelhanças na análise da correlação de forças e do estágio da ofensiva neoliberal, feitas unicamente pela CSC, Artsind e PSTU. Para a CSC, “o crescimento da resistência, contudo, não altera a essência da correlação de forças internacionais. Os obstáculos à ofensiva neoliberal são ainda insuficientes para paralisar o ataque à classe operária, aos trabalhadores e aos povos”. “Esse avanço da resistência não significa ainda o questionamento da hegemonia neoliberal”, afirma a tese da Articulação. Para o PSTU, as lutas “mesmo não tendo forças ainda para derrotar globalmente os ajustes neoliberais ... já jogaram por terra o mito da inevitabilidade da implantação desses reajustes”.

Balanco da atuação recente refletiu as divergências de fundo no interior da CUT

Já no balanço da atuação da CUT no último período, embora majoritária na plenária, a Articulação ficou isolada no absoluto. Sozinha e nua. Isolada, pois todas as outras correntes “bateram duro” na tática diversio-nista e conciliadora de lutar pelas “reformas populares”. Esta foi desmascarada na sua incoerência, onde, da constatação do crescimento da luta de resistência, a corrente majoritária pratica a negociação de conquistas inegociáveis. A Articulação foi obrigada a defender como único exemplo de sua política “propositiva” o desastre do acordo da previdência social!

Tal episódio foi o centro das atenções do “balanço” e refletiu uma divergência de fundo que vinha se arrastando desde o início do governo FHC. Claro que, se o correto era lutar pela aprovação no Congresso Nacional (!) de “reformas populares”, uma boa proposta, tecnicamente elaborada de maneira razoável, seria suficiente para convencer o “trator” neoliberal governista. Integrantes da maioria (e alguns de seus assessores) diziam em tom de galhofa: “Isso é prá quem tem habilidade,

experiência em negociação”. Ou então: “basta propor outro DVS (destaque de votação em separado) e pronto. Qual é o problema?”.

O fim da brincadeira virou tragédia! As cenas de flerte explícito, de cooptação pública da parte de FHC, transformaram-se numa verdadeira olimpíada nacional dos chargistas brasileiros, todos, sem exceção, a ridicularizar o presidente da central. Com as derrotas sucessivas, veio à tona a “habilidade” do negociador.

Na 8ª plenária, mesmo assim, a Articulação insistiu no “acerto” de sua política. Por isso ficou nua. Ou seja, ela não admitiu questionamento de sua conduta de procurar saídas negociadas com o neoliberalismo de FHC. Ficou como mercadora de ilusões por concepção. Por isso também ela não abriu mão do “tripartismo”; e são todos daquela corrente os representantes da CUT no BNDES, FGTS, FAT, IBPQ, Previdência, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional do Trabalho etc. e etc. Além de oportunismo, essa conduta é no mínimo esquisita!

Novos passos no rumo da implantação fragmentadora do “sindicato orgânico”

Mas a preocupação principal da maioria para a plenária foi mesmo a aprovação das medidas de implantação do tal “sindicato orgânico”. Como se sabe, desde suas origens a CUT é, estatutária e programaticamente, defensora do pluralismo sindical praticado pela CIOLS, sua fiadora. Ocorre que do começo dos anos 80 até o início dos anos 90, implementar no Brasil a pluralidade sindical até em baixo, nas empresas, seria simplesmente impossível.

A primeira fase correspondeu a expansão da central, com base no crescimento das lutas dos trabalhadores sob a ditadura. Tornou-se necessário construir uma base sindical poderosa e ativa, ao mesmo tempo em que se rechaçava - também pela divisão imposta - as tentativas de sindicalismo paralelo. Derrotada a ditadura, adveio a democratização do país, e progressivamente a “estabilização”

de várias centrais na cúpula do sindicalismo. Seguiu-se, no começo dos anos 90, uma outra etapa. A CUT deixa de ser “independente” das três centrais internacionais e filia-se à CIOLS. Esse segundo movimento, já sob a égide do neoliberalismo, corresponde também a social-democratização crescente da central, da defesa estratégica do “tripartismo”, do propositivismo banal e reformista e a redução da luta pela perspectiva socialista ao formalismo burocrático.

Por outro lado, a “verticalização” da estrutura da central deu origem a um aparelho sindical (em alguns casos) gigantesco, promotor de um “poder” envaidecedor e viciado. Cupulista e centralizador, o sindicalismo de tipo “negocial”, de matriz claramente européia, é profundamente excludente. Não só das bases sindicais. E não só das várias correntes que coabitam numa só organização sindical nacional - e que fazem uma oposição mais ou menos sistemática à política da maioria. Ela também exclui “naturalmente” grupos ou lideranças que, por um ou outro motivo, não rezem na cartilha do “status quo”. Exagero? Nada... é só dá uma olhadela no sindicalismo italiano, no peronista argentino ou mesmo na tradição mafiosa e golpista da AFL-CIO. Entre nós é bom prestar atenção no racha que resultou da “fusão” do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o outro-rá reduto mais unitário da Articulação! Seguramente isso é só o começo.

Eis porque não é “inacreditável” que num ambiente como o atual - de desmonte do sindicalismo em todos os países capitalistas; de desemprego estrutural e de índices que obrigam a burguesia até a tergiversar; onde caem as taxas de sindicalização; onde a terceirização e a flexibilização dos direitos são leis para recompor e ampliar lucros; onde a precarização do trabalho, o trabalho infantil e a informatização invadem as cidades e os campos -, a corrente majoritária da CUT esteja determinada a levar adiante a liquidação do resto de bases unitárias para a luta do sindicalismo brasileiro.

Exagero? Que se aponte um exemplo internacional dos nossos dias, um que seja, no qual uma central razoavelmente repre-

sentativa esteja propugnando pelo sindicalismo de filiação direta na empresa, de divisão ideológica na base, de maior concentração de poderes na cúpula etc.! O que foi aprovado na 8ª plenária - "fusão de sindicatos da mesma categoria, inter-categorias, regionalização, padronização das finanças com repasse automático das mensalidades da CUT, mantendo a arrecadação nos sindicatos; criação de associações de trabalhadores cutistas na base dos sindicatos contrários à central" - avança mais um passo rumo ao sindicato orgânico. Como também aprovou-se uma campanha pelo fim do artigo 8º da constituição. Na prática, estas resoluções servem apenas a dois senhores: a burguesia neoliberal e a Articulação Sindical ... e a mais ninguém.

Diga-se de passagem que é inexplicável a posição da corrente ASS, que diz que "o problema não é ser contra ou a favor do sindicato orgânico". É o tipo da ingenuidade a favor da Articulação, claro! A propósito, os pressupostos fraudulentos arrolados pela Articulação (unicidade, imposto sindical e poder normativo da Justiça do Trabalho) para defender a organicidade, levaram aquela cor-

rente a inventar um número falso de sindicatos criados após a Constituição de 1988. "São mais de 20 mil", escreveu a Articulação em seu texto. No último dia 3 de setembro, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma tabela oficial, do Ministério do Trabalho, onde se somam 10.050 sindicatos entre urbanos, servidores públicos e rurais. Onde estão os outros 10 mil sindicatos? É a mentira como argumento!

Mais ainda. No dia 4 de setembro, na instalação do tal Conselho Nacional do Trabalho, o serviço do neoliberalismo, ministro Paulo de Paiva, não se fez de rogado. Propôs aberta e claramente que o governo, os empresários e as centrais sindicais apresentassem uma "emenda à Constituição estabelecendo o pluralismo sindical".

CSC se firma como a segunda força da central e enfrenta o desafio do próximo Concut

Nesta plenária nacional, a Corrente Sindical Classista jogou seu papel. Foi novamente a segunda força nas maiores instâncias da CUT (no 5º Concut, na 7ª e agora na 8ª plenárias), aparecendo com 1,3% a mais que na plenária anterior (de 11% para 12,3%). Conseguiu assim avançar, mesmo com um número (injustificável politicamente) altíssimo de inadimplentes nas suas fileiras. Contribuiu de maneira importante na caracterização da situação mundial e nacional, antes e durante os debates. Também influenciou no plano de lutas, que, em seu conjunto, possibilita uma intervenção mais ativa dos sindicatos.

A CSC sai da 8ª plenária convencida do combate a ser travado contra a implantação do sindicato orgânico. Assim como definiu, através de sua coordenação nacional, ampliar o debate nacional sobre as resoluções do seu 3º Congresso, e tomar medidas coletivas para resolver o grave problema da inadimplência para o 6º Concut, em agosto do próximo ano.

* Integrante da executiva nacional da CUT e da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista



Alexandre Machado

Os riscos da implantação do “sindicato orgânico”

José Geraldo Santana *

A 8ª plenária nacional da CUT, no final de agosto passado, confirmou a decisão da anterior de implantar a chamada “estrutura orgânica” da central. Novamente, entretanto, a resolução é vaga, só indicando os princípios gerais do tal modelo sindical cutista. O tema continua a gerar enorme polêmica. No artigo abaixo, o autor aponta alguns dos perigos embutidos nesta proposta, afirmando que ela faz o jogo das elites neoliberais que pretendem fragmentar o sindicalismo no país.

Em que pese a CUT não haver explicitado, de forma clara e transparente, em nenhum documento, o que entende por “sindicatos orgânicos”, pode-se inferir da proposta elaborada pela *Articulação Sindical*, corrente responsável pela sua aprovação, o que se pretende com eles e como serão estruturados.

Segundo o mestre Aurélio, dentre os vários significados do vocábulo orgânico, destacam-se: relativo a, ou próprio de organismo; arraigado profundamente. Assim, sindicatos orgânicos são órgãos que compõem um complexo organismo, representado pela central sindical. Do mesmo modo que no corpo humano, no qual os órgãos isoladamente não possuem vida própria e nem significado, no modelo aprovado pela CUT os sindicatos também não os possuem. Estão umbilicalmente ligados a uma central. O deslinhamento dessa, necessariamente, implica

o daqueles. Porém, a recíproca nem sempre é verdadeira.

No corpo humano, o cérebro exerce papel vital, inclusive o de comandar as ações dos demais órgãos, sendo que sua morte implica na de todo o corpo. No modelo sindical em questão, esse papel é exercido pela central, a quem compete decidir sobre a vida e o funcionamento dos sindicatos, que perdem sua autonomia e independência, transformando-se em meros escritórios, sem recursos e sem poder de decisão.

Os trabalhadores não mais se filiarão ao sindicato, mas sim à central de sua preferência, visto que o modelo orgânico possibilita a existência de várias centrais de acordo com as conveniências políticas, religiosas e/ou filosóficas. As mobilizações e greves não mais serão decididas pelas assembléias gerais, e sim pelas centrais sindicais. De igual modo, as negociações e os termos dos con-

tratos coletivos - que substituirão os acordos e as convenções coletivas.

Os direitos assegurados nesses instrumentos são atualmente extensivos a todos os integrantes da categoria, sindicalizados ou não. No modelo orgânico, aplicar-se-ão somente aos associados da central que os firmar. O contrato coletivo firmado pela CUT atingirá apenas os que a ela forem filiados, de igual forma o que for assinado pela Força Sindical. Os demais, que não estão ligados a nenhuma central, ficarão desamparados, ou seja, sem qualquer dos direitos dos referidos documentos.

O modelo propugnado pela CUT apresenta-se como a forma de organização adotada pela sindicalismo da Espanha, Suécia e Itália. Neste último país, há três centrais sindicais (CGIL, CISL e UIL); cada uma delas tem seus sindicatos e todas se vinculam a um partido político, constituindo-se no seu braço sindical.

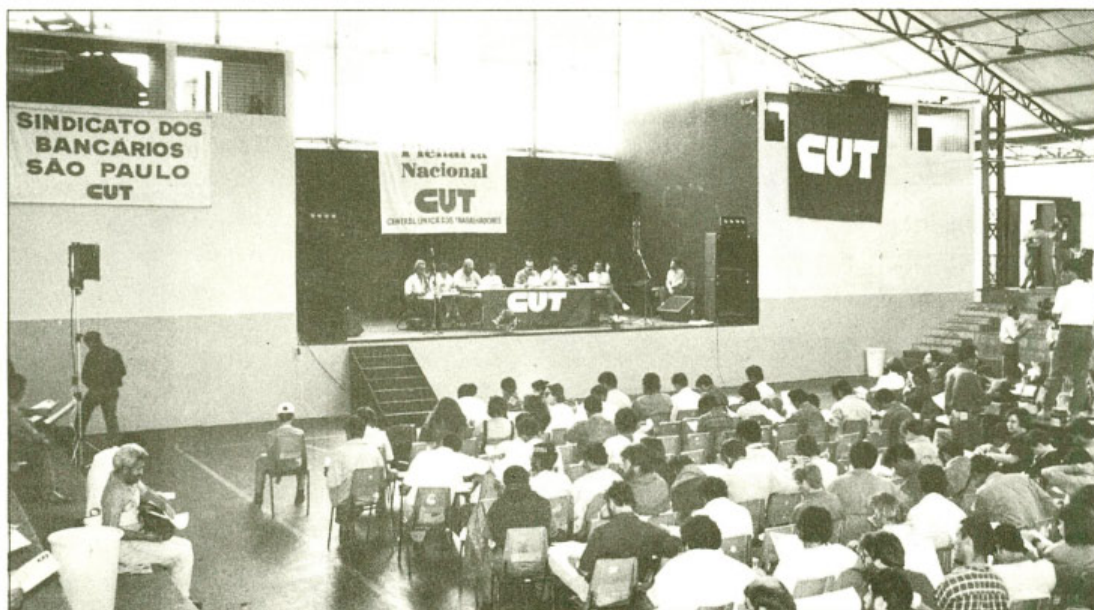
Neoliberais querem impor o pluralismo para golpear os direitos trabalhistas

No Brasil, a adoção do modelo orgânico tem como pressupostos fundamentais a modificação do artigo 8º da Constituição Fede-

ral, que veda a existência de mais de uma entidade sindical na área de um município, e a implantação do pluralismo sindical, nos moldes da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que há mais de quarenta anos tramita no Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 10 dessa Convenção, considera-se como sindicato toda e qualquer organização de trabalhadores ou de empregadores - não importando a quantidade de membros - que tenha por fim promover e defender os interesses de seus associados. Com o advento do plurissindicalismo, abrem-se as portas para a criação do sindicato por empresa e até mesmo de vários em cada uma delas. Equivale a dizer que haverá uma total pulverização das entidades sindicais, cujas consequências maiores, com certeza, serão seu enfraquecimento e o arrefecimento da luta dos trabalhadores.

Em que país o plurissindicalismo contribuiu para o avanço e o fortalecimento das lutas dos trabalhadores? Indiscutivelmente, em nenhum. Segundo declarações de Cesare Minghini, dirigente da CGIL italiana, naquele país já se discute a unificação dos sindicatos por ramo de atividade. Isto se deve, principalmente, à constante queda do índice de sindicalização e ao enorme desgaste das direções das três centrais sindicais existentes.



provocado pelo completo divórcio entre elas e as bases, levando ao surgimento de organismos de oposição, nas diversas empresas, os chamados Cobas.

O projeto neoliberal em curso no Brasil apresenta como um de seus sustentáculos a reforma da organização sindical, consubstanciada no fim da unicidade, com a consequente adoção do pluralismo. Este é há muito perseguido pelos empresários e pelo governo, visando o enfraquecimento das entidades profissionais. A título de ilustração, registra-se que, no processo constituinte, o então Senador Albano Franco propôs uma emenda que consagrava a unicidade para os patrões e o pluralismo para os trabalhadores.

A alteração do capítulo constitucional, que trata da organização sindical, caracteriza-se como a ante-sala para a reforma da legislação do trabalho, pomposamente chamada de flexibilização. Através desta, busca-se possibilitar a exclusão dos direitos sociais assegurados na constituição e na CLT, via contratos coletivos, e da contratação sem registro na carteira de trabalho.

Dessa forma, o contrato coletivo, preconizado pelo governo, funda-se no plurissindicalismo e na flexibilização de direitos, hoje irrenunciáveis. Assim, essa modalidade de contratação viria não como vitória do movimento sindical e dos trabalhadores, como ocorreu na Europa, logo após o fim da segunda guerra mundial, mas, sim, como uma retumbante derrota e, conseqüentemente, um espetacular triunfo do poder econômico, sobretudo do projeto neoliberal.

A quem interessa a adoção do "sindicato orgânico" num momento de defensiva?

* Presidente do Sinpro-Goiás e diretor para assuntos jurídicos da CONTEE

A CUT almeja impor os sindicatos orgânicos quando o cenário sócio-político apresenta-se desolador e sombrio, mais se

parecendo com o inferno de Dante, retratado na sua magnífica obra *A Divina Comédia*. Mais de 50% da PEA acha-se desempregada ou no setor informal, portanto, excluída do movimento sindical. De setembro de 1995 até hoje, foram perdidos cerca de 700 mil postos de serviço e o presidente afirma, ciniicamente, que esse número vai aumentar. Os 5% mais ricos detêm 40,5% de toda a renda nacional. A rentabilidade dos bancos é seis vezes maior que a da França (13% sobre o patrimônio líquido, contra 2%). No extremo oposto, 24% possuem renda mensal inferior a R\$ 35,00.

Segundo artigo publicado na revista *Conjuntura Econômica*, de abril de 1996, sob o título "Brasil, século XXI: a agonia das verbas sociais", o gasto social da União em relação ao PIB vai, de tombo em tombo, crescendo como rabo de cavalo. Com a saúde, caiu de 2,19% em 1987, para 1,77% em 1993; com a educação, de 1,30% em 1987, para 1,06% em 1993; com a nutrição, de 0,25% para 0,11%; e com a habitação, de 0,38% para 0,21% em 1993.

Os gastos sociais com esses setores representam, em relação ao PIB, aproximadamente o mesmo índice que o serviço da dívida interna, o que demonstra, de forma cabal, quais são as prioridades do governo. A despesa brasileira, por pessoa, corresponde a pouco mais da metade da realizada pelo conjunto dos países latino-americanos - US\$ 68 contra US\$ 108.

Diante essa triste realidade, cabe perguntar: a quem interessa a implantação dos sindicatos orgânicos? Aos trabalhadores, com certeza, não interessa! Defender o plurissindicalismo, em nome de uma duvidosa liberdade sindical, significa, incontestavelmente, ainda que não seja este o propósito, aliar-se aos escusos interesses do governo e do capital de fragmentar as entidades sindicais e, por conseguinte, enfraquecer os trabalhadores e sua organização.

Jovens querem trabalhar, mas não existem empregos

Luciana Bento *

“O que você vai ser quando crescer?”. Quem nunca ouviu esta pergunta ou não a fez para alguma criança? Mas é preciso ter cuidado, pois com o aumento generalizado do desemprego em todo o mundo fica mais fácil ouvir uma resposta curta e grossa: nada. A juventude está se deparando com uma realidade dura para quem está começando a vida: não há empregos, nem para os profissionais qualificados.

Dados, cálculos, estatísticas, porcentagens. Todos os dias somos bombardeados com um sem-número de informações (quase sempre ruins) sobre o desemprego no Brasil e no mundo. Um dos grandes problemas da atualidade, pauta obrigatória em qualquer agenda política e econômica dos países, a falta de empregos atinge desenvolvidos e subdesenvolvidos, Primeiro e Terceiro mundos, nações ricas e pobres.

Análises são feitas, opiniões são debatidas, possíveis soluções são apontadas. Discute-se muito mas, até agora, o problema só tem se agravado. Também pudera, o desemprego está se alastrando no mesmo ritmo frenético da aplicação do receituário neoliberal pelo mundo afora. No entanto, um setor sofre com maior intensidade este problema. Ao lado das preocupações com as espinhas e o primeiro namoro, a juventude se vê às voltas com o desemprego que, a rigor, deveria ser um problema de “adultos”.

Pesquisa realizada pelo Datafolha, entre 19 e 22 de agosto, demonstrou que o desemprego é a principal preocupação entre a juventude da cidade de São Paulo, ficando na frente até mesmo da violência. Vale lembrar que, neste período, jovens da classe média paulistana foram assassinados e a falta de segurança era um tema super explorado na mídia.

O curioso é que o desemprego atinge desde o office-boy até o jovem profissional recém-formado. Isto é, não são apenas as camadas sociais mais pobres que estão com dificuldade de conseguir trabalho. A classe média também está atormentada com este fantasma. O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo (Crea), divulgou recente pesquisa mostrando que, entre fevereiro de 92 e junho de 95, foram fechadas 9% das vagas na indústria de transformação e 13% das vagas na construção civil. Neste mesmo período, milhares de

engenheiros recém-formados chegaram ao mercado de trabalho, com diploma na mão, qualificados. Muitos não conseguiram emprego.

Todos os anos, cerca de 250 mil novos profissionais, das mais diversas especialidades, saem das universidades e não conseguem trabalho ou se ocupam de alguma atividade diferente daquela em que se especializou. É por isso que o diretor técnico do Dieese, Sérgio Mendonça, levanta a preocupação de que “não adianta o Estado só dar formação profissional, tem que ter compromisso com a geração de empregos”.

Salários baixos e condições precárias atingem até os profissionais qualificados

Cerca de 50% dos jovens brasileiros trabalham. Nada menos do que 3.5 milhões de pessoas entre 10 e 14 anos exercem algum tipo de atividade remunerada. Nem precisa dizer que, quase na totalidade dos casos, estes trabalhos são mal pagos e não oferecem qualquer tipo de direito ou proteção social. Se aumentar a faixa etária para 17 anos, o número de jovens trabalhadores pula para 7.5 milhões.

Mesmo já representando uma parcela considerável da força de trabalho do país (11.6%), a cada dia aumentam os jovens que precisam e procuram emprego. Entre os de 15 a 17 anos, 37.7% estão atrás de emprego e não conseguem, de acordo com pesquisa da Fundação Seade. Na faixa de 18 a 24 anos este número fica em 21.7%. São as taxas mais altas de desemprego, entre todas as faixas etárias, inclusive na dos 45/50 anos, na qual é notória a dificuldade de conseguir trabalho.

Os salários pagos aos jovens são, ao lado das mulheres, os mais baixos. Os menores de 14 anos recebem, em média, meio salário mínimo por mês! Mesmo em profissões consideradas nobres e que exigem grande qualificação profissional, como é o caso da medicina, os salários são baixíssimos. O Conselho Federal de Medicina e a Fundação

Oswaldo Cruz realizaram um estudo intitulado “Perfil dos médicos do Brasil”, que demonstra que estes profissionais precisam se desdobrar em três ou mais empregos para ganhar o salário médio da categoria: 1.300 reais.

Entre os psicólogos, conforme pesquisa do Conselho Regional de Psicologia, que engloba São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 31.8% ganham menos de 5 salários mínimos e seis em cada dez profissionais recebem menos de dez mínimos no final do mês. Para a maioria dos recém-formados, que está começando a carreira, ganhar pouco e dividir-se em mais de um emprego, como demonstram as pesquisas, faz parte de seu cotidiano.

Desemprego é estrutural e políticas sociais isoladas não resolvem o problema

Não são apenas os jovens brasileiros que amargam esta realidade. O desemprego de jovens até 24 anos de idade está aumentando na Europa. De acordo com o jornal *The Economist*, de Londres, na Espanha, a taxa é de 42,5%. Na Itália, 32%. Entre os jovens gregos 27% querem trabalhar mas não têm emprego.

Quer dizer, este não é um problema isolado do Brasil e tem muito a ver com o rumo que a política econômica mundial está tomando. Esta análise, além de não ser objeto desta matéria, mereceria um espaço muito maior para ser apresentada. Mas o curioso é perceber que, mesmo na Europa, onde os sistemas educacional e de proteção social são muito melhores que os brasileiros, estes índices são alarmantes. Ou seja, políticas sociais são bem-vindas, mas são insuficientes e paliativas.

Mesmo assim, o economista Sérgio Mendonça, do Dieese, arrisca algumas sugestões para a geração de empregos no Brasil: “Uma forma interessante de amenizar o problema do desemprego entre a juventude são os programas de bolsa-escola, imple-



mentados em cidades como Campinas e Brasília. Ações deste tipo ajudariam a retardar a entrada do jovem no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que garantiriam uma renda mínima para a sua família”.

Em um país como o Brasil, sugerir que as pessoas entrem mais tarde no mercado de trabalho poderia soar como loucura, principalmente porque vemos até mesmo crianças trabalhando para ajudar as famílias. Mas em países como a Alemanha, os jovens estudam, em média, durante 14 anos e entram no mercado de trabalho aos 23 anos.

“Não tem nenhuma mágica para se resolver o problema do desemprego. Qualquer ação neste sentido tem que levar em conta o crescimento econômico, que é absolutamente indispensável”, sentencia Sérgio Mendonça. “O desemprego é um problema estrutural, mas o Estado tem que assumir temporariamente o ônus de políticas de combate ao desemprego até conseguir romper definitivamente com o problema”.

A redução da jornada de trabalho, no caso do Brasil, para 40 horas, também é uma forma de ampliar os postos de trabalho. Existe no Congresso Nacional um projeto de lei com esta proposta, apresentado pelos depu-

tados federais Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Paim (PT/RS). É certo que o problema do desemprego entre a juventude não será resolvido isoladamente. Mas algumas propostas que podem amenizar o problema estão sendo colocadas em discussão.

A União da Juventude Socialista, em seu último Congresso, lançou a campanha “Emprego para a juventude”, que vai discutir alternativas de geração de empregos e mobilizar os jovens para a sua implementação. Algumas propostas já foram aprovadas, entre elas a jornada especial de seis horas de trabalho para estudantes. A Central Única dos Trabalhadores também está atenta para o problema do trabalho entre a juventude e realizará um seminário nacional sobre o tema no primeiro semestre do ano que vem.

De qualquer forma, este é um assunto que precisa ser discutido com urgência. Afinal, a cada ano milhares de jovens brasileiros entram no mercado de trabalho e engrossam os números da População Economicamente Ativa, a famosa PEA, ao lado de todos os outros trabalhadores. Isto significa compartilhar os mesmos problemas e apreensões “dos adultos”, além de deixar claro que, no fundo, a luta contra o desemprego é uma só.

* Jornalista, membro da coordenação nacional da União da Juventude Socialista

Cristiana Tramonte



A questão do refluxo do movimento operário

Armando Boito Jr. *

Os movimentos operário e socialista encontram-se num período de refluxo prolongado. Grosso modo, e deixando de lado algumas particularidades nacionais, essa nova fase de dificuldades iniciou-se, no continente europeu, em meados dos anos 70 e, na América Latina, em meados dos anos 80. Ao contrário do que pensam muitos, não há nenhum consenso entre os estudiosos sobre as causas desse refluxo. As diferenças já se fazem notar na própria caracterização do fenômeno.

Muitos autores quando se referem à realidade desse refluxo têm em vista, fundamentalmente, as dificuldades do movimento sindical. Tal procedimento tem sido aceito sem qualquer crítica. Ocorre, porém, que essa é uma forma estreita, diríamos sindicalista, de colocar o problema. E já reflete, ela própria, no plano da teoria, a debilidade do movimento socialista na fase atual. Existem

vários tipos de vinculação entre os movimentos sindical, operário e socialista. Mas tais movimentos não se identificam.

O movimento sindical é um movimento fundamentalmente reivindicativo e abrange, além da classe operária, os trabalhadores das classes médias. O movimento operário, além de ser um movimento reivindicativo, pode abranger, também, a luta política pelo poder,

ultrapassando, portanto, o terreno estritamente econômico-sindical. Já o movimento socialista incorpora intelectuais e dirigentes oriundos de outras classes sociais e aplica uma linha política revolucionária, o que não acontece com todo movimento operário. No exame das causas do refluxo atual, as particularidades de cada um desses movimentos devem ser tomadas em consideração.

Ademais, os movimentos operário e socialista não podem ser analisados tendo em vista apenas as lutas estritamente operárias e socialistas. Esses movimentos, no decorrer do século XX, estiveram estreitamente articulados com as revoluções democrático-burguesas e com a luta anti-imperialista. No caso da periferia do sistema capitalista, onde a luta pelo poder socialista não se colocou na ordem-do-dia, foi a luta anti-imperialista e antilatifundiária que animou o movimento operário. Logo, o refluxo do movimento operário e socialista deve ser pensado num quadro muito amplo de planos e aspectos muito variados.

Tratando então do refluxo, no terreno sindical caem, como é sobejamente sabido, as taxas de sindicalização e diminui a frequência das greves. Fortalecem-se, ao mesmo tempo, as lideranças sindicais moderadas e conciliadoras. No terreno político, ocorre um declínio eleitoral e organizativo dos partidos operários e populares. Muitos deles procuram um caminho de conciliação com o neoliberalismo dominante. No plano ideológico, retrocedem as principais idéias forças do movimento operário e socialista.

A crítica à economia capitalista, voltada para o lucro, a concentração privada de riquezas, a anarquia e o desperdício, cede lugar, no senso comum, ao culto do mercado e da empresa privada. A crítica ao imperialismo, sistema que explora e oprime os povos da periferia, é substituída pela apologia daquilo que, numa fraude semântica, os ideólogos do capitalismo denominam "globalização". O individualismo burguês deixa de ser alvo de crítica para se converter em padrão de conduta. Todas essas mudanças vieram acompanhadas de retrocessos nas conquistas sociais e políticas dos trabalhadores.

Os limites da explicação de viés economicista sobre as razões do atual descenso

Como explicar essa grande mudança no cenário social, político e ideológico internacional? Diante dessa pergunta, muitos marxistas estão comprando gato por lebre. Permitiram que uma explicação estritamente economicista ganhasse terreno, confundindo o movimento operário. Refiro-me às explicações que localizam as causas do refluxo do movimento operário e socialista no terreno econômico, mais exatamente, na situação de trabalho dos operários (qualificação do trabalhador, novas formas de gestão, novas formas de pagamento etc.) e na sua situação de mercado (redução do operariado industrial, desemprego, subemprego, desigualdades nos contratos de trabalho etc.). Para resumir, trata-se de explicações que procuram deduzir a situação do movimento operário e socialista das novas tecnologias e da estrutura ocupacional.

A maioria dos autores que adota essa explicação, como Andre Gorz e Claus Offe, é social-democrata, e conclui ou supõe que a revolução socialista é uma idéia superada historicamente. Mas há autores que adotam esse procedimento e pretendem, ao mesmo tempo, manter-se no terreno do marxismo e do socialismo revolucionário. Partem da mesma problemática economicista e de muitas das teses defendidas por Gorz e Offe, aceitam os termos da explicação que esses autores apresentam para o declínio do movimento operário, mas se diferenciam por continuar acreditando que é factível reerguer o movimento operário e lutar pela revolução socialista - na verdade, sem ter como fundamentar sociologicamente sua crença, devido à problemática dentro da qual se colocam.

Não tenho a pretensão de oferecer uma explicação acabada para o refluxo do movimento operário. Quero apenas indicar alguns dos graves problemas dessa explicação economicista. Acima de tudo, quero destacar, em primeiro lugar, que ela não é a única

explicação possível, ao contrário do que sugerem nas entrelinhas seus defensores; e, em segundo lugar, que essa explicação não deve ser vista, pelo simples fato de atribuir importância ao fator econômico, como uma explicação marxista.

A economia capitalista é algo mais amplo e complexo do que a situação de trabalho e de mercado da classe operária. Compreende todo o processo de valorização do capital, seus movimentos cíclicos e suas crises. A análise da economia exigiria, portanto, algo bem mais amplo que uma análise da estrutura ocupacional. A preocupação unilateral com o número de operários é equivocada. Isso, tanto no terreno estreito do sindicalismo, quanto no terreno mais amplo da luta revolucionária.

Quem tem maior capacidade de organização e de pressão sindical, os 700 mil comerciários da cidade de São Paulo ou os 70 mil petroleiros do Brasil? Qual foi o movimento historicamente mais importante, aquele organizado pela reduzida e minoritária classe operária russa do início do século, ou aquele integrado, na mesma época, pela numerosa classe operária norte-americana? Qual é o tamanho que deve ter a classe operária para que ela possa animar um movimento sindical eficaz ou fazer a revolução? Esse tamanho se mede em números absolutos ou em porcentagem da população de um país? O que imaginam esses autores? Uma classe operária majoritária? Salvo erro nosso, nunca existiu país que tivesse uma maioria de operários na sua população.

Tamanho do proletariado não explica a crise, que deriva de um conjunto de fatores

É certo que, dentro de limites muito amplos e consideradas outras circunstâncias históricas, o número pode contar. Os mineiros britânicos foram reduzidos de cerca de 800 mil trabalhadores que eram no Pós-Segunda Guerra para apenas 50 mil na atualidade. Essa redução parece ter afetado bastante o movimento sindical dos mineiros. Porém, o

que vale para o movimento sindical não vale, obrigatoriamente, para o movimento operário e socialista. Aquele pode refluir, enquanto esse se fortalece, e vice-versa.

Na Inglaterra da década de 1850, o movimento operário socialista entrou em refluxo e, concomitantemente, o movimento sindical expandiu-se - as "trade unions" ocuparam o lugar do cartismo. Na Alemanha da década de 20, foi o movimento sindical que entrou em refluxo, golpeado pelo desemprego, enquanto o movimento comunista crescia. E pode, evidentemente, se verificar uma causação cumulativa entre sindicalismo e socialismo, solidários seja num movimento de retração, seja num movimento de expansão. Mas, em qualquer caso, é todo um conjunto de fatores históricos, econômicos, políticos e sociológicos que determina a situação desses movimentos, e não o tamanho do proletariado.

Existe, também, carência de pesquisas empíricas e um certo colonialismo cultural nas tentativas de transpor, para o Brasil, as análises e discussões dos países europeus. No Brasil, como de resto na maior parte da periferia do sistema capitalista, a taxa de câmbio e a abertura comercial desempregam muito mais que as novas tecnologias, que, de resto, concentram-se em setores minoritários e localizados da economia. Outro ponto importante, e que estranhamente é deixado de lado por aqueles que estão preocupados em contar o número de postos de trabalho, é o temor provocado pelo desemprego, que instaura aquilo que os economistas marxistas chamam de "concorrência de crise" entre os operários. Se estão preocupados com a "economia", por que não atentam para os efeitos políticos do exército industrial de reserva?

Para analisar o movimento operário, que é um movimento de classe, devemos partir da luta de classes, não da estrutura ocupacional. Alguém poderia lembrar a análise de Marx, no **18 Brumário de Luís Bonaparte**, quando ele parte do trabalho parcelar para compreender o individualismo e a conseqüente impotência política do campesinato. Marx articula essa situação "ocupacional" dos camponeses com a conjuntura política, ca-

racterizada de modo muito complexo, para entender o culto camponês de Bonaparte e, por extensão, do Estado. Trata-se, aí, de uma situação limite, a diferença entre classe operária e pequeno proprietário, e não de variações no interior de uma mesma situação de classe.

Se as novas tecnologias e as novas formas de gestão estivessem, seja eliminando - ou tornando numericamente insignificante - o trabalho manual, seja superando o trabalho socializado, isto é, introduzindo o trabalho parcelar nas fábricas ou nas residências dos operários, caberia considerar, em primeiro lugar, a nova situação de classe daquilo que não mais seria, então, uma classe operária. Mas as pesquisas não indicam nada que se assemelhe a uma situação desse tipo. As causas das dificuldades atuais do movimento da classe operária devem ser buscadas, então, nas relações de aliança e de luta desse movimento com todas as demais classes sociais, nas suas vitórias e derrotas do período recente.

Os mitos de um operariado homogêneo e/ou majoritário no sistema capitalista

Diz-se, ainda, que, hoje, a fragmentação da classe operária minou a unidade social e política do movimento. Na França, essa tese foi desenvolvida por Alain Bihr. Alguns artigos do nosso companheiro da revista **Crítica Marxista**, Ricardo Antunes, difundiram essa tese no Brasil. Ora, quando a classe operária foi homogênea? Classe operária social e economicamente homogênea é um mito, do mesmo modo que é um mito a idéia de uma classe operária majoritária numa população nacional.

O movimento operário surge na Inglaterra de meados do século XIX tendo por base uma classe social profundamente heterogênea, pelas suas condições de trabalho, qualificação, remuneração, divisão etária e de gênero. No final do século XIX, o movimento operário nasce como movimento internacional e de massa, em escala europeia,

com base numa classe operária tão heterogênea que o grande historiador marxista, Eric Hobsbawm, chega a afirmar que foi o movimento que criou "a classe operária", tão grande era a disparidade de condições de trabalho, qualificação, remuneração, instrução, lingüística, nacional, religiosa etc., no interior da classe operária.

Os estudiosos que falam hoje em fragmentação supõem a existência, nas décadas de 1940, 50 e 60, de uma classe operária socialmente homogênea - suposição também improcedente. Essas décadas são o período da grande emigração dos trabalhadores da África muçulmana, da Espanha e de Portugal para a França; da Índia e do Paquistão para a Inglaterra; da Turquia para Alemanha etc. Isto é, essa nova dualidade étnica, lingüística, de qualificação e de remuneração do operariado europeu existe bem antes da atual fase de refluxo do movimento. Ademais, como a crítica de esquerda já apontava e a ofensiva neoliberal viria, mais tarde, vulgarizar, a desigualdade dos direitos sociais próprios do *Estado de Bem-Estar* era significativa entre os trabalhadores europeus.

Para retomar a polêmica com Ricardo Antunes, diríamos que ele parece pressentir essa dificuldade. Depois de insistir na tese da heterogeneidade sócio-econômica da classe operária como causa do atual refluxo do movimento, admite, nas entrelinhas e de passagem, que a heterogeneidade sempre existiu. Na página 87 do seu livro **Adeus ao Trabalho?**, afirma que, hoje, a heterogeneidade é de maior "intensidade" do que no período anterior. Ora, aqui, novamente, estamos às voltas com problemas de mensuração: quantos operários são necessários para fazer a revolução? Como medir a intensidade da heterogeneidade? Qual é o grau de heterogeneidade a partir do qual está comprometida a unidade social e política do movimento?

É a política, não o mercado ou a situação do trabalho, que une a classe operária

Na realidade, é a política, e não o mercado ou a situação de trabalho, que unifica a

classe operária. A política num duplo sentido: a ação política e ideológica da vanguarda e as condições políticas objetivas de cada período histórico. A caracterização acabada da situação política de cada período que arrolei acima é muito complexa e, seguramente, está além de nossas forças. Mas, talvez, possamos apresentar uma ou duas características fundamentais de cada um desses períodos, características que permitiram algum tipo de unificação política da classe operária.

Para a Inglaterra de meados do século XIX, talvez o mais importante tenha sido o acirramento da luta entre a velha e a nova classe dominante, o que, na cena partidária, apareceu na luta entre o partido conservador e o liberal. Para o Europa do final do século XIX, Hobsbawm, no livro **A Era dos Impérios**, insiste que o que unificou uma classe operária socialmente tão heterogênea foi, de um lado, o desenvolvimento e a difusão do marxismo e, de outro lado, o processo, prolongado e desigual, de democratização do sufrágio. Isto é, a expansão da democracia burguesa seria tanto o resultado dos conflitos de classe como, ao mesmo tempo, causa da ampliação da luta operária. O que teria ficado patente na difusão dos grandes partidos operários eleitorais e de massa.

Depois desse período de desenvolvimento pacífico - e aqui podemos, de novo, recorrer a Hobsbawm, agora ao seu livro **A Era dos Extremos** - vieram, no plano das idéias, as inovações programáticas e organizativas do bolchevismo e, no terreno das condições objetivas, as guerras interimperialistas, que, após dividirem, por um breve período, o operariado europeu, graças ao chovinismo, acabaram por unificá-lo contra a barbárie imperialista. Em seguida, temos a existência da União Soviética, que colocou a burguesia imperialista europeia na defensiva. Foi a existência da União Soviética que

favoreceu o desenvolvimento do Estado de bem-estar na Europa ocidental, a industrialização e a expansão dos direitos sociais na América Latina e o sucesso da luta de libertação nacional na África e na Ásia.

As causas do refluxo atual devem ser procuradas, se seguirmos a linha indicada acima, nas mudanças políticas ocorridas no período recente. Em um debate sobre esse assunto, um colega, marxista, alegou que o "cenário" histórico era, apenas, o pano de fundo da reestruturação produtiva, essa sim a verdadeira causa das dificuldades atuais. Teríamos muito que refletir sobre essa visão (marxista?) da história como "pano de fundo". Mas, devido à falta de espaço, fica apenas indicada a seguinte hipótese: as próprias transformações que têm sido designadas pelo termo "reestruturação produtiva" decorrem, em grande medida, do refluxo atual do movimento operário, e não o contrário. Se aceitamos a unidade e a distinção entre movimento sindical, operário e socialista, e a articulação entre esses movimentos e a luta democrática e anti-imperialista, como pretender deduzir o refluxo em todo esse amplo espectro da luta operária e popular da situação de trabalho e de mercado da classe operária?

Há muitos problemas e equívocos nas explicações "econômicas" e aparentemente óbvias do atual refluxo do movimento operário e socialista. Os marxistas precisam refletir e pesquisar mais sobre essa matéria. No nosso entender, precisam assentar a análise sobre outra problemática. Colocá-la em outro lugar. Não no terreno estreito das relações patrão/operário, na fábrica e no mercado, mas no vasto campo das relações entre todas as classes sociais, entre as frações de classe e os Estados nacionais, tanto no plano interno a cada país, quanto no plano mais amplo das relações internacionais.

* Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp/SP e membro do Comitê Editorial da revista *Crítica Marxista*

O novo proletariado da França vos saúda!

Michel Cahen *

Por ocasião da histórica greve geral da França, em dezembro passado, muito se especulou sobre o futuro do movimento operário e sindical. Alguns tentaram minimizar o episódio como mais um mero "conflito de interesses"; outros viram naqueles fatos os sinais de uma próxima e fecunda ofensiva operária. Já o autor do artigo abaixo procurou entender as razões de fundo daquele movimento. Num artigo polêmico, publicado na ocasião mas que permanece bastante atual, ele opina sobre o surgimento de um novo proletariado, mais robusto e poderoso.

As greves na França representaram uma etapa decisiva na longa tendência dos povos rumo à democracia. Atrás da defesa das conquistas sociais duramente obtidas, de serviços públicos fundadores da identidade de nossa República, apareceram também a rejeição massiva do liberalismo maastrichtiano e do dinheiro como único critério de regulação social. Além disso, representaram também, mais precisamente, a irrupção do novo proletariado na história.

Com certeza, isso não nasce do nada: dos precedentes movimentos dos profissionais de saúde e das greves dos ferroviários, do inverno estudantil de 1968 ao levante em massa de 16 de janeiro de 1994 contra o agravamento das disposições da lei Falloux, vimos categorias inteiras de trabalhadores entrarem em ação, impondo seu ponto de

vista a alguns sindicatos hesitantes (como que construindo novos sindicatos).

Confusamente, os trabalhadores franceses sentem que a situação atual da França é comparável à do primeiro ano do governo Reagan que, para impor suas "reformas", combateu a greve dos controladores de voo demitindo 16 mil trabalhadores e depois teve tranquilidade ao longo de seus dois mandatos. Comparável ao primeiro ano do governo de Margaret Thatcher que, também para impor suas "reformas", derrotou a grande greve dos mineiros e ficou, desde então, livre de movimentos desse tipo por mais de uma década.

O presidente francês sabe que ele precisa, sem dizê-lo abertamente como Alain Madelin, provocar um novo maio de 1968 para, desta vez, esmagá-lo. Esse é o sentido de sua "declaração de Cotonou", na qual insistiu no

contraste entre a duração, em semanas, das greves atuais e a duração, em anos, que ele acredita que poderá dispor.

O perigo, para quem domina esta República, é a identificação entre uma larga parcela dos trabalhadores franceses com os empregados dos serviços públicos - unam-se ou não em seus movimentos grevistas. Essa identificação ressalta a unidade fundamental do mundo do trabalho assalariado e sua massificação sem precedentes na sociedade francesa. Certamente os poderosos descobrirão, com terror, que o proletariado representa daqui para a frente mais de 75% da população do país.

"A 3ª revolução industrial prepara o desenvolvimento do conjunto dos empregados"

75% de proletários, você disse? Não é um exagero? Não. É certo que, na linguagem corrente, a noção de "proletário" está ligada à de "pobre": ela exprime, a grosso modo, o lugar de vastos setores da população dentro do processo de produção. O proletário é pobre, mas no entanto ele não é o único nessa situação. Por vezes, ele ganha sua vida dignamente. Mas ele é aquele que, fundamentalmente, vive da venda de sua força de trabalho.

A primeira revolução industrial (carvão, aço, indústria têxtil) produziu a "classe operária" de nosso vocabulário clássico. Mas desde Marx, com os exemplos que ele pode descobrir em sua época, afirma-se que aqueles que produzem serviços para vender são também proletários: os condutores de locomotivas não vendiam um objeto-mercadoria, mas um serviço-mercadoria.

A segunda revolução industrial (eletricidade, fordismo) fez surgir o fenômeno dos colarinhos brancos. Alguns concluíram, a partir de algumas diferenças sociológicas entre colarinhos brancos e o pessoal de macacão, uma diferença de classe e não uma diferenciação no seio da classe proletária. Enxergaram, desde então, uma diminuição da classe operária.

A terceira revolução industrial (átomo, robotização, informática) prepara o desenvolvimento massivo do conjunto dos empregados. Apesar disso, a classe operária foi vista em "estado de desaparecimento progressivo". Esquece-se que a expressão "classe operária" é, conceitualmente, imprópria para designar aquilo que ela representa. O proletariado da fábrica não é uma classe social, mas uma das expressões sociais da classe proletária, ao lado de outras formas sociais proletárias como os funcionários, os profissionais de saúde, os professores etc.

Sem dúvida, a quarta revolução industrial (multimídia, infovias, tele-trabalho) levará a uma nova diferenciação social no seio do proletariado. E, com certeza, ela vai suscitar, como nas revoluções industriais anteriores, o anúncio de um novo modo de "desaparecimento da classe operária". Mas, para ficar com o caso (que parece muito atraente para certos analistas) do tele-trabalho - mulheres jovens, presas à tela de um computador, com a duração e a produtividade de seu trabalho determinadas por uma direção que controla todos seus movimentos diários. Qual a diferença de classe entre essas trabalhadoras e uma operária de fábrica?

Nos países desenvolvidos surge uma larga maioria social do proletariado

Cada revolução científica e industrial conduz a mudanças sociais no seio do proletariado. Elas minimizam a presença dos componentes mais antigos. Desse fato decorre o enfraquecimento temporário do sindicalismo, que precisa de tempo para empolgar as novas formas sociais que o proletariado assume, pois esses novos meios proletários adquirem o essencial das tradições sociais, de luta dos mais antigos e juntam a elas seu próprio gênio social criador (por exemplo, a prática das coordenações eleitas).

Além disso, a evolução tecno-científica faz também evoluir os velhos meios proletários, aproximando as características de seu



trabalho às dos novos, "re-homogeneizando" parcialmente dessa forma uma vasta classe proletária que a cada choque científico havia de certa forma "heterogeneizado". Qual a diferença entre um bancário que trabalha com leitura óptica de cheques e o torneiro mecânico com sua máquina numérica?

Mas cada uma dessas revoluções traz uma consequência similar ao menos em um ponto: o aumento absoluto e relativo do número de proletários, a proletarização crescente (que não deve ser confundida com o empobrecimento) de meios procedentes do artesanato, do pequeno comércio, do campesinato, da pequena burguesia. Ao ponto de criar, nos países desenvolvidos, uma situação onde existe uma larga maioria social proletária. O único meio encontrado pelo capitalismo para frear essa tendência estrutural é o desemprego em massa que, em parte, destrói fisicamente o proletariado. Mas essa tendência forçosamente encontra seus limites. O quadro global de longo termo não é posto em causa.

Esta maioria proletária modificará consideravelmente, no futuro, suas formas de combate político. Antigamente, mesmo os

maiores movimentos sociais proletários eram minoritários no país. A Comuna de Paris foi seguramente a última revolução do terceiro estado. A Frente Popular, na década de 1930, conquistou brevemente a simpatia de uma maioria de cidadãos, mas o número de grevistas manteve-se em torno do milhão. Em maio de 1968 ele foi bem maior.

Daqui para frente, as condições objetivas farão com que categorias ainda mais massivas se coloquem em movimento. Elas são potencialmente portadoras de uma força gigantesca pela democracia. Não temos mais como antes setores semi-rurais, semi-operários e artesanais, aderindo a um setor proletário de vanguarda mas minoritário na luta. Ao contrário, teremos a irrupção de setores inteiros, proletários e majoritários, da população, direta e fisicamente na luta, determinando seus próprios objetivos em função de seus próprios interesses de classe!

Eis aí o futuro próximo. E por qual democracia eles se agitam? Não é para a democracia "liberal", cujo alcance é atenuado por um adjetivo infeliz, mas a democracia sem adjetivos, a democracia "simplesmente", "tout court". Senhores dominantes, o novo proletariado vos saúda!

* Michel Cahen é pesquisador do CNRS (Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux, França). O artigo foi publicado originalmente em *Le Monde*, 07/12/1995. Tradução de José Carlos Ruy

As visões catastrofistas sobre a crise do trabalho

Lincoln Secco *

No artigo publicado na edição passada, o autor analisou o atual impasse da chamada sociedade do trabalho - indicando que ele decorre da própria crise do modo de produção capitalista. No final, desmascarou a alternativa burguesa do neoliberalismo. Como complemento, agora, polemiza com os setores de esquerda que defendem o fim do proletariado e da luta de classes, combate as idéias da "democratização do capital" e dá sua opinião sobre o futuro do trabalho.

Diante da atual crise da sociedade do trabalho, uma ala catastrofista também apresenta-se restaurando as teorias do colapso do capitalismo dos anos 20. Seu atual representante é Robert Kurz e seu **O Colapso da Modernização**, depois complementado por artigos e um novo livro [30]. Kurz vê o desemprego estrutural como índice da crise global do capitalismo e da sociedade do trabalho, de tal forma que a superação da produção mercantil já está inscrita potencialmente no entrelaçamento efetivo da produção e distribuição permitidos pela revolução microeletrônica, novos materiais etc.

Para o autor alemão, a revolução russa, por exemplo, apenas inaugurou um processo acelerado de acumulação primitiva de capital, repetindo, de forma concentrada historicamente, o mesmo processo multissecular de acumulação primitiva ocorrido na Inglaterra [31]. Existiria hoje um "comunismo das coi-

sas" mascarado pelo invólucro da forma mercadoria que as coisas precisam assumir para sua realização. Contudo, a superação do *status quo* não pode mais ser realizada por uma classe social:

"Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do 'trabalho', da 'classe trabalhadora', ou da 'luta das classes trabalhadoras' [32].

Ora, Kurz possui uma visão unilateral e fetichizada da força de trabalho como mero elemento estrutural do capital. De modo que a defesa do movimento operário e da classe trabalhadora, como categoria ontológica por Marx, seria incongruente com sua crítica da economia política, "que desmascara precisa-

mente aquela classe trabalhadora não como categoria ontológica, mas sim como categoria social constituída, por sua vez, pelo capital” [33].

Contudo, se é verdade que do ponto de vista do conteúdo (os elementos necessários à reprodução do capital variável) a força de trabalho é mero elemento constitutivo do capital; do ponto de vista da forma (rotação do capital variável), é um elemento dinâmico e subjetivo, responsável pela valorização do capital. Marx explicita isso no volume II de **O Capital**, onde trata da diferença entre o capital fixo (meios de trabalho) e o circulante (força de trabalho mais matérias primas e auxiliares):

“Conforme se viu anteriormente, o dinheiro que o capitalista paga aos trabalhadores para a utilização da força de trabalho é na realidade apenas a forma equivalente geral dos meios de subsistência necessários ao trabalhador. Nesse sentido, o capital variável consiste materialmente em meios de subsistência. Mas aqui, no exame da rotação, trata-se da forma. O que o capitalista compra não são os meios de subsistência do trabalhador, mas a própria força de trabalho (...). Não são, portanto, os meios de subsistência do trabalhador que adquirem o caráter de capital fluído em oposição ao capital fixo. Nem é também sua força de trabalho, mas é a parte do valor do capital produtivo gasto nela que, em virtude da forma de sua rotação, adquire, conjuntamente com alguns e em oposição a outros elementos do capital constante, esse caráter” [34].

Mesmo com a sua diminuição numérica, aumenta o peso estratégico do proletariado

Exatamente por isso, os valores de uso que ingressam no processo de trabalho “cindem-se em dois elementos antitéticos e rigorosamente distintos no plano conceptual”. Portanto, enquanto o operário sente o processo de valorização como a negação dele próprio, no qual o seu trabalho concreto útil se

apaga numa geléia indiferenciada de trabalho abstrato, o capitalista (personificação do capital) encontra nesse processo sua “satisfação absoluta” [35].

Kurz, inobstante seus brilhantismo e honestidade intelectual, confunde a força de trabalho apenas com seus elementos físicos e, ao torná-los características sempiternas e supra-históricas, fetichiza o conceito, tomando-o pelo seu conteúdo e não dialeticamente. Isso o impede de observar o caráter simultaneamente estrutural e contraditório da força de trabalho.

Por outro lado, é preciso questionar profundamente os fundamentos das teorias que costumam dar adeus ao proletariado e à luta de classes. Como se viu, os fatos não são catastróficos como apregoam as cassandras do esquerdismo arrependido. É verdade que a classe operária tradicional tem diminuído relativamente (já que do ponto de vista absoluto, nos últimos 50 anos, cresceu vertiginosamente com a inclusão de áreas do terceiro mundo e do socialismo real no mercado mundial como produtores de bens industrializados), que cresceram o setor improdutivo do capital comercial e os serviços de um modo amplo.

Mas as estatísticas ocultam amiúde a transferência de postos de trabalho industrial para formas precárias de trabalho, dentre as quais se destaca a terceirização. Por fim, a diminuição relativa da força de trabalho (portanto do capital variável) só se realiza à medida em que aumenta a produtividade dos trabalhadores que continuam a trabalhar. De modo que, se diminui o peso numérico do proletariado industrial na sociedade, seu peso estratégico aumenta - já que um número menor de trabalhadores pode paralisar a produção capitalista mais facilmente que antes.

De uma vez por todas, a classe operária continua portadora de um papel potencialmente hegemônico sobre as demais classes aliadas e também oprimidas pelo capital. A não ser que se reduza a ação dos socialistas às eleições, para o que realmente os operários já não são mais primordiais. Não é o capital que se torna mais produtivo quando elimina

força de trabalho, mas a própria força de trabalho que continua movimentando agora um *quantum* maior de capital. Pensar o inverso é render-se ao fetichismo do capital que afirma tudo o que existe como seu fruto e não do trabalho humano.

É preciso repensar, sim, muitos conceitos e até a estratégia para a destruição do modo de produção do capital. Mas sem esquecer que as transformações em curso, na atualidade, não eliminam sua essência - a de valor que se valoriza em função da exploração dos trabalhadores produtivos - e nem eliminam sua vocação histórica, majorar continuamente seus lucros, ainda que o faça de forma contraditória e reduzindo a taxa geral de lucro.

A tese da "democratização do capital" e a proposta da ação social-democrata

Outros teóricos "ressuscitam" a luta de classes contrariamente a Kurz, mas o que fazem entrar pela janela deixam escapar pela porta. É o caso de Claus Offe parcialmente e de acadêmicos de diversas posições políticas. Para eles, a luta de classes é atual desde que contida nos marcos da aceitação do domínio do capital. Ela serviria, caso se restringisse a ações sistêmicas e legitimadoras, para uma melhor repartição do produto social em favor dos trabalhadores, o que não deixa de ser essencial para a luta socialista, como bem demonstrou Adam Przeworski no seu excelente livro **Capitalismo e Social-Democracia**.

Para muitos acadêmicos, os operários, enquanto cidadãos numa esfera pública que não seria mais burguesa, poderiam negociar como sujeitos da "regulação pública" - não é o caso aqui de discutir profundamente tais teses, cuja expressão de natureza político-estratégica no Brasil são as câmaras setoriais que, aliás, tem sido importante instrumento do movimento sindical [36].

Tudo isso, mesmo com formas inovadoras, não se diferencia do comportamento do movimento operário de inspiração social-de-

mocrata nos anos de ouro do Estado do Bem-Estar Social, algo que foi muito bem estudado e com seriedade por Adam Przeworski no seu referido livro [37]. O fato é que o *Welfare State* também faliu com o socialismo real e os socialistas precisam encontrar uma nova alternativa.

Uma parcela grande dos capitais voláteis que fluem pelo mundo ou dos capitais investidos em dívidas do terceiro mundo pertencem a fundos públicos, fundos de pensão, sociedades de milhares de pequenos poupadores etc. A partir disso, muitos pretendem ver uma democratização econômica do capitalismo ou até o seu fim, esquecendo que o capital não é uma coisa mas uma relação social, pouco importando que seja representado frente ao trabalho por um capitão de indústria do século XIX ou por um departamento de gerentes.

Esse tipo de "moderna" teoria acerca do fim da exploração diz respeito à dissociação entre propriedade e controle dos meios de produção. A existência de uma tecnoestrutura reacendeu todo um debate e suscitou várias contribuições teóricas (Galbraith, Schumpeter, Wright Mills, Victor Perlo e outros), incluindo marxistas (Baran, Paul Sweezy, Braverman e outros). Mas o grande trabalho que propôs que o fundamento do capitalismo clássico havia se desintegrado (a propriedade privada dos meios de produção) foi o livro **The Modern Corporation and Private Property**, de Adolph Berle Jr. e Gardiner Means, publicado em 1932 nos EUA.

Os autores diziam que 44% das 200 maiores corporações eram controladas por diretores e gerentes (não-proprietários). Isto parecia corroborar as idéias dos teóricos do "revisionismo" social-democrata do início do século, como Konrad Schmidt e Eduard Bernstein. Este último propugnava que as sociedades por ações representavam o novo poder sobre a vida econômica, mais democrático, enquanto Schmidt declarava que a classe capitalista estava sendo paulatinamente expropriada e a "soberania" sobre a propriedade se repartia progressivamente entre todos os membros da sociedade [38].

De fato, ao trabalho de Berle e Means seguiram-se o de R.A.Gordon (1945) e o de Robert Lerner, todos empíricos que “confirmavam” as teses social-democratas que até hoje são aceitas em alguns círculos políticos como incontestáveis. Não se questionava a metodologia, a qual ignorava muitas vezes o uso de nomes de agentes da bolsa, departamentos de bancos etc., para ocultar os proprietários de ações [39].

A atual crise da sociedade do trabalho deve ser vista sob a ótica revolucionária

A primeira contestação empírica ao estudo de Berle e Means partiu de Anna Rochester (1936) e Ferdinand Lundberg (1937), os quais concluíram que o controle do sistema industrial ainda pertencia a poucas famílias proprietárias nos EUA e as grandes acionistas que ocupavam cargos de direção nas empresas [40]. Sweezy, por seu turno, constatou que a metade das maiores 200 corporações e 16 dos maiores bancos pertenciam a oito grupos de interesses [41], segundo uma pesquisa do *National Resources Committee*. Por fim, Don Villarejo, a partir da lista de 1960 da *Fortune*, concluiu que das 232 corporações maiores, certamente 54% e talvez até 61% estavam controladas diretamente por proprietários [42].

Isto não significava que alterações profundas na sociedade capitalista e na sua estrutura de poder não estavam ocorrendo, mas implicava: 1- os dados empíricos não eram inquestionáveis; 2- a velocidade das transformações não era tão elevada; 3- o caráter do processo era contraditório, pois engendrava a possibilidade do fim da propriedade dos meios de produção e simultaneamente promovia sua centralização. Enfim, o excedente econômico continuou sendo produzido socialmente e apropriado por poucos. A forma de apropriação se modificou em algumas megacorporações (que nem de longe formavam a totalidade das empresas e dos postos de trabalho), mas a própria história se encar-

regou de mostrar que Bernstein equivocara-se ou hoje não se viveria mais sob o modo de produção do capital.

O mesmo se pode dizer acerca da tese do “fim da sociedade do trabalho”, asseverada precipitadamente, embora já se apresente potencialmente hoje. Contudo, o desenvolvimento capitalista não é linear, mas antitético. Produz a possibilidade do fim do trabalho e recria formas pré-diluvianas de exploração. Gera a fome de milhões, enquanto os silos da Europa já podem saciar cerca de 33 bilhões de homens (sete vezes a população do planeta!) [43]. Portanto, dever-se-ia discutir temas candentes como plano e mercado, por exemplo, de uma perspectiva de abolição positiva (Marx) do presente, como têm feito, com equívocos mas corajosamente, Kurz, Mandel, Callinicos, Alec Nove, Przeworski, Singer e outros.

Mas o que é “atual” e “moderno”, quando visto em perspectiva histórica, não é fruto da “escolha” dos intelectuais. O dogma de que o industrialismo criaria automaticamente a sociedade livre (em verdade, um capitalismo depurado dos seus males!) é tão velho que remonta a Sismondi e aos socialistas utópicos (como Saint Simon, Fourier, Owen). Mas então se tratava de uma ideologia progressiva, correspondente ao período de objetivação do trabalho assalariado como categoria histórica. Hoje, trata-se de uma expressão da decadência ideológica do stalinismo, do trotskismo, do eurocomunismo, da social-democracia e das demais tendências de esquerda dominantes no cenário político até meados dos anos 80.

Esta crise de decomposição ideológica (aparência) é vivida pelos intelectuais como se fosse uma decomposição social automática e inescapável do sujeito histórico da revolução socialista. Ela faz com que uns se adaptem à ordem, outros sucumbam à vida privada como fonte única dos seus valores emocionais e de seus “investimentos” pessoais, enquanto outros buscam no marxismo uma sempre renovada alternativa revolucionária.

NOTAS

- 30- Kurz, R. **O Colapso da Modernização**. Trad. Karen Barbosa. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1993. Id. **O Retorno de Potenkim**; op.cit. Id. "Do Fim da URSS à Crise da Economia Mundial"; in Coggiola, O. **História e Crise Contemporânea**. São Paulo, Editora Pulsar, 1994, pp.67-76. Id. "As Luzes do Mercado se Apagam...", op.cit.
- 31- Aliás, esta não é uma idéia nova. Paul Mattick, notável crítico da economia política ligado ao grupo dos comunistas de esquerda, defensores dos conselhos operários (Anton Pannekoek, Otto Rühle, Karl Korsh, entre outros), condenou o equívoco de se tomar o interregno kerenskista de 1917 como a revolução burguesa na Rússia, posto que a própria revolução de Outubro cumprira este papel: "Uma vez no poder era necessário mantê-lo a todo o preço; abandoná-lo não era recuar, mas morrer. E permanecer no poder era submeter-se à lei marxista, segundo a qual as forças produtivas determinam as relações sociais de produção e através destas as superestruturas políticas, e não o inverso. O que a burguesia tinha realizado nas outras nações, quer dizer a criação do capital por 'acumulação primitiva' e exploração do proletariado, devia ali ser realizado por um partido que se dizia marxista". (in Mattick, P. et.al. **Comunistas de Conselhos**. Coimbra, Ed. Centelha, 1976, pp.69-70). Entretanto, os comunistas de conselhos não consideravam, como Kurz, a classe operária incapaz de superar o capital. Apoiavam na própria Rússia o grupo do centralismo democrático (decismo), liderado por Sapronov, que foi exterminado pelo terror stalinista (id.ibid. p.61). Para outras análises semelhantes, vide: Korsh, K. et.al. **A Contra-Revolução Burocrática**. Coimbra, Ed. Centelha, 1978. O fato é que, ao circunscrever-se à Rússia, a revolução bolchevique engendrou uma economia híbrida de transição ao socialismo bloqueada, que violava as categorias do mercado, mas permanecia parcialmente subsumida à lei do valor vigente no mercado mundial. Enquanto o capital ainda não havia se globalizado, integrando definitivamente o mercado mundial, com fluxos financeiros internacionais que permitem aos capitais transnacionais controlarem o processo de acumulação nos países periféricos inteiramente, era possível um desenvolvimento retardatário e recuperador tanto nos países periféricos capitalistas (de forma dependente) quanto naqueles que inauguraram uma transição para o socialismo bloqueada. Mas depois da revolução microeletrônica e de seus desdobramentos nos transportes e comunicações, a lei do valor se impôs inapelavelmente e se tornou impossível manter áreas inteiras da economia sob reserva de mercado para o capital estatal nacional.
- 32- Kurz, R. **O Colapso da Modernização**; op.cit. p.227.
- 33- Id.ibid. p.71.
- 34- Marx, K. **O Capital**; op.cit., v.II, p.122.
- 35- Id. Capítulo Inédito d' **O Capital**. Tradução portuguesa, Porto, Ed. Escorpião, 1975, p.34 e p.45.
- 36- Para uma crítica da escola francesa regulacionista, vide: Katz, C. "Crítica a la Teoría de la Regulación"; in **En Defensa del Marxismo**, ano I, número 3, Buenos Aires, abril de 1992. Sobre uma "nova" visão do papel da luta de classes: Oliveira, F. "A Economia Política da Social-Democracia"; in **Revista da USP**, número 17, São Paulo, mar.abr.mai. de 1993. A sua crítica foi feita por: Gorender, J. "Teses em Confronto: Do Catastrofismo de Kurz ao Social-Democratismo de Chico de Oliveira", in **Universidade e Sociedade**, ano IV, número 6, São Paulo, julho de 1994. Claus Offe, por seu turno, é mais incisivo na crítica à forma clássica do conflito de classes, ressaltando os seguintes atributos da sociedade "pós-industrial": a consciência social não deve mais ser reconstruída como consciência de classe; a cultura cognitiva não se relaciona ao avanço das forças produtivas prioritariamente; e o sistema político deixa de arbitrar precipuamente conflitos distributivos. Infelizmente o autor não se limita a defender seus pontos de vista, negando "qualquer respeitabilidade científico-social" ao que ele denomina "marxismo ortodoxo". Vide Offe, C. **Capitalismo Desorganizado**; tradução brasileira, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994, pp. 194-5.
- 37- Przeworski, A. **Capitalismo e Social-Democracia**, trad. brasileira, São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1991.
- 38- Zeitlin, M. **Propriedad y Control: la Gran Corporación y la Clase Capitalista**. Barcelona, Ed. Anagrama, 1976, p.34.
- 39- Id.ibid. p.44.
- 40- Id.ibid. pp.39-40.
- 41- Id.ibid. p.40. Também: Sweezy, P. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**; trad. brasileira, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1986, p.202.
- 42- Zeitlin, M. ibid. p.41.
- 43- Callinicos, A. **A Vingança da História**, trad. R. Jungman, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1992, p.135.

* Pós-graduando em história econômica na Universidade de São Paulo (USP), coordenador do Núcleo de Estudos de O Capital (PT/SP) e editor da revista *Práxis*

Efeitos contraditórios da automação microeletrônica

Selma Baçal de Oliveira *

A automação não é recente na sociedade capitalista. Sua existência coincide com a industrialização, a partir da superação do trabalho artesanal, da divisão do processo de trabalho na fase manufatureira e da introdução das máquinas na produção industrial. Mas, na atualidade, os meios para automatizar a produção são mais sofisticados. Afetam o cotidiano dos trabalhadores, como demonstra a autora neste trabalho para o curso de mestrado da Universidade de São Paulo.

Mesmo que exista a polêmica sobre a centralidade ou não da categoria trabalho, os avanços tecnológicos e gerenciais na atualidade do “mundo do trabalho” não podem ser ignorados. A partir dos anos 50, a informática e, depois, a eletrônica vieram se agregar aos recursos da automação. Por essa razão, se diz que a novidade, no momento, está na introdução e difusão da microeletrônica.

Em função de seu inestimável poder de processamento de dados e custos menores, nos últimos anos houve enorme massificação dos equipamentos microeletrônicos, dos circuitos integrados - os famosos chips. Estes substituíram os transistores que, por sua vez, substituíram as válvulas eletrônicas. Apenas nos EUA, mais de um milhão de casas já são equipadas com micro computadores. Atualmente, pequenas calculadoras eletrônicas executam funções que há 20 anos atrás grandes computadores não podiam operar.

Após o CNC (Comando Numérico Computadorizado), que possui em seu “cérebro” um microprocessador, que lhe atribui a capacidade de memorizar informações, fazer cálculos e transmiti-los à máquina para que esta efetue operações produtivas, utilizado principalmente na indústria mecânica, surgem os CLPs (Controladores Lógicos Programáveis) reinando na siderurgia e na indústria química, onde administram processos contínuos de produção, dotados de memória. São conhecidos como os gerentes eletrônicos que “tomam decisões”.

Na atualidade, os robôs representam um novo salto da automação. Já estão sendo fabricados, inclusive de forma a apreender o trabalho humano. Vejamos o que diz Borges a esse respeito: “Segundo definição do Instituto Americano de Robótica, ele (o robô) é ‘um manipulador reprogramável e multifuncional, projetado para movimentar ferramen-

tas, operar dispositivos especiais e transportar materiais, por meio de movimentos programados variáveis, o que permite a execução de um conjunto diversificado de tarefas*. Atualmente, já são fabricados inclusive robôs programados para aprender o trabalho. Eles observam os movimentos de um pintor industrial, por exemplo, registrando suas posições a cada vinte milésimos de segundo. Depois, são capazes de reproduzir toda a sequência de movimentos do operário, de forma contínua e em tempo real”.

A microeletrônica garante maior produtividade e forte controle sobre os operários

Mais recentemente atuam na automação das empresas os sistemas CAD/CAM (Computer Aided Design /Computer Aided Manufacturing). São equipamentos muito sofisticados, onde todo o processo de produção é informatizado, do projeto à produção. No Brasil, empresas como a Villares e a Embraer usam esse sistema.

Todo esse avanço tecnológico produz grandes efeitos. Do ponto de vista dos empresários, a microeletrônica garante uma produtividade cada vez maior a um menor custo. As vantagens não se limitam apenas ao aumento da lucratividade. Através da microeletrônica, os empresários conseguem, em certa medida, um maior controle sobre o trabalho, diminuindo cada vez mais a autonomia do operariado na produção em termos da supervisão da produtividade. No sindicalismo europeu, já se fala no “homem de vidro”, visto que o trabalhador fica constantemente observado pela hierarquia da empresa, sendo possível ao final de cada dia precisar a quantidade de operações realizadas.

Outro aspecto a ser considerado são os efeitos da automação na vida e sobrevivência da classe operária. Segundo Borges, com base em parâmetros médios, “a implantação de uma máquina-ferramenta com CNC pode representar a dispensa de quatro a oito operários; já o robô, de cinco a sete; e o sistema

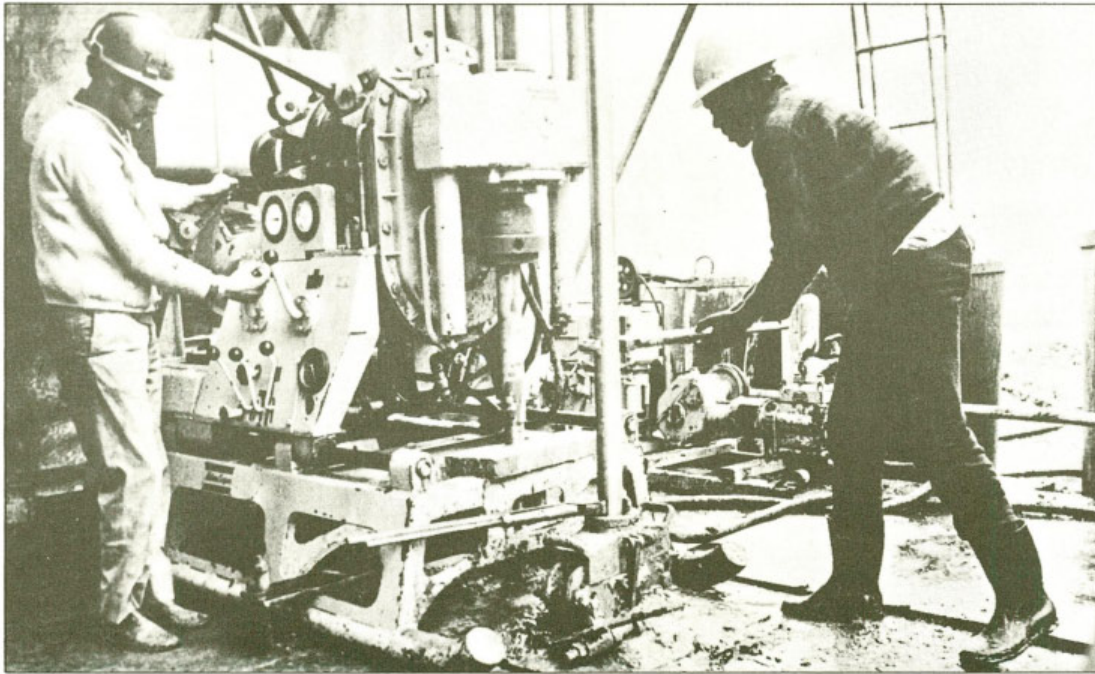
CAD/CAM, de dois a vinte trabalhadores. Estudos feitos nos EUA demonstram que, até o final da década de 80, cerca de 7 milhões de empregos na indústria e de 30 milhões em escritórios e bancos foram afetados pelos novos avanços da automação”. É inegável a queda do número absoluto de empregos, sendo que algumas profissões entram em declínio e outras aumentam sua importância.

Com o incremento da microeletrônica cria-se uma relação cada vez mais individualizada entre o operário e a empresa, o que permite dizer que o capital também passa a ter uma certa vulnerabilidade, visto que cada posto de trabalho possui importância direta na produção. Uma simples interrupção pode representar grande prejuízo. Por outro lado, o sentimento de isolamento toma conta do trabalhador, causando efeitos psicológicos não muito comuns, como vem sendo demonstrado por vários estudos, especialmente realizados na Europa.

Os princípios do taylorismo/fordismo [1] permanecem atualíssimos, pois a separação entre a concepção e a execução do trabalho verifica-se ainda bastante acentuada. Mas tais sistemas já não são os únicos no mundo da produção. Hoje, mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo), em decorrência das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (região de Kalmar, do que resultou o chamado Kalmariismo), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha e, em alguns casos, sendo até substituídos, a exemplo da experiência japonesa com o toyotismo.

Conquistas históricas dos trabalhadores são tiradas dos códigos trabalhistas

Cada vez mais os novos e sofisticados processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa estão sendo substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, para que possa haver uma adequação da produção à lógica do mercado.



Na expressão de Ricardo Antunes, “ensaíam-se modalidades de desconcentração industrial, buscavam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a ‘gestão participativa’, a busca da ‘qualidade total’, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado”.

Para os trabalhadores, as conseqüências desse novo patamar de produção produzem efeitos agudos no que diz respeito aos direitos do trabalho, que são desregulamentados, flexibilizados. Inúmeros direitos, fruto de conquistas históricas dos trabalhadores, são eliminados dos códigos trabalhistas.

Alguns autores consideram esse novo paradigma produtivo como um modelo de produção que recusa a produção em massa, própria do fordismo, e recupera, ao mesmo tempo, uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho, pressuposto básico da forma de acumulação fordista. “O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa,

prejudiciais ao trabalho e supressores da dimensão criativa” (Sabel e Piore, 1984, Apud Antunes, pg 17-18).

Várias críticas foram feitas a esses autores. Coriat, por exemplo, afirma que “a hipótese implícita nesta tese, da substituição da produção baseada em economia de escala, é empiricamente irrealizável; como o princípio exclusivo da especialização flexível sustenta-se num mercado essencialmente segmentado e instável, é difícil imaginar sua generalização”. Para Coriat, persiste uma “generalização abusiva” na tese da especialização flexível de Sabel e Piore (idem, p 18).

Clarke faz uma crítica ainda mais contundente para dizer que a tese da especialização flexível não é universalmente aplicável. Segundo Antunes, o autor “reafirma a tese de que a especialização flexível acarretou a intensificação do trabalho e consiste em um meio de desqualificá-lo e desorganizá-lo”. Mas seu ponto de vista é não só polêmico, como problemático. Para Antunes, esse autor desenvolve a tese de que “o fordismo é dotado de dimensão flexível, capaz, portanto, de assimilar todas as mudanças em curso, dentro de sua lógica: ‘os princípios do fordismo já se demonstraram aplicáveis a uma gama extraordinariamente ampla de contextos técnicos’” (Clarke, apud Antunes, 1995: 18).

Acumulação flexível é uma fase da produção contrária à rigidez do fordismo

Harvey (1992) considerou a acumulação flexível uma fase da produção capitalista, que tem como característica principal o confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Visto que sua principal característica envolve o surgimento de setores da produção inteiramente novos. Harvey considera que a acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, citando, como exemplo, o grande movimento de emprego no chamado “setor de serviços”, bem como a criação de conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Harvey se diferencia tanto daqueles que falam em novos processos produtivos, distintos das bases fordistas (como Sabel e Piore), quanto de autores que não veem significativas transformações no interior do processo produtivo (como Pollert, Anna.). Harvey considera a existência de uma combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, artesanais, tradicionais.

Com base na premissa advogada por Harvey, pode-se dizer que sistemas de trabalho alternativos podem coexistir, de forma a facilitar a escolha dos empreendedores capitalistas. Visto que qualquer produto pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália” ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong, ou por um mesclado de neofordismo/produção flexível na Zona Franca de Manaus.

Na atualidade, o modelo japonês ou toyotismo tem provocado um impacto maior que todas as experiências de acumulação flexível. É também conhecido como ohnismo [2]. Coriat refere-se a quatro fases que levaram ao advento do toyotismo no Japão: a

introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade do trabalhador operar simultaneamente várias máquinas; necessidade da empresa enfrentar sua “crise” financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores; a importação das técnicas de gestão dos supermercados americanos, que deram origem ao sistema Kanban [3]. Segundo termos atribuídos a Toyota, presidente fundador da Toyota, “o ideal seria produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo”. Segundo Coriat, tal método já existia na Toyota desde 1962, de forma generalizada, nas partes essenciais da empresa, embora o toyotismo, como modelo mais geral, tenha sua origem após a Segunda Guerra Mundial; e a expansão do método Kanban para as empresas subcontratadas e fornecedoras (Coriat, apud Antunes, 1995: pg. 23-24).

A implantação do toyotismo no Japão provocou o fim dos sindicatos combativos

O toyotismo se impôs devido as peculiaridades das condições do pós-guerra e para atender a um limitado mercado interno (no Japão) que requeria produtos variados e pedidos pequenos. A competência e a competitividade determinaram-se a partir da capacidade para satisfazer rapidamente pedidos pequenos e variados. Assim nasceu, pois, o ohnismo: no universo de pressões inéditas e originais, quando comparadas com aquelas que originaram o fordismo.

A Toyota possuía, antes do ohnismo, uma produção caótica, denominada jocosamente de método Dekansho [4]. Basta dizer que, no ano de 1955, a indústria automobilística japonesa produziu 69 mil unidades, enquanto os EUA produziram 9,2 milhões, a Alemanha 909 mil e a França 725 mil. Eis, aqui, um exemplo evidente do que sempre deve ser levado em conta, em pesquisas sociais, particularmente relacionadas ao trabalho, qual seja, a devida observação das

chamadas condições objetivas para a realização de determinado fenômeno.

Outra questão fundamental e determinante para a vitória da implantação do toyotismo no Japão foi o eficiente desmonte, feito pelo empresariado japonês, do combativo sindicalismo existente até a década de 50 naquele país, onde os movimentos paredistas eram sistematicamente esvaziados. Em 1952/53, por exemplo, a Nissan, diante de uma forte pressão dos trabalhadores, recorreu ao lockout como forma de desmoralizar a greve.

Em 1954, quando o movimento sindical já estava enfraquecido, e mesmo com o chamado sindicato-casa, a Toyota chegou a considerar esta forma de sindicalismo ainda pouco cooperativa. Segundo Coriat, nesse ano as reivindicações foram movidas pelo lema: "Proteger nossa empresa para proteger a vida"! (idem, 25). O sindicalismo de empresa no Japão teve como contrapartida à subordinação patronal ao emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população trabalhadora), além de ganhos salariais decorrentes da produtividade. Hoje esses direitos estão sob ameaça de extinção.

Os sindicatos têm, a exemplo da Nissan, um relevante papel na "meritocracia" da empresa. Segundo Coriat, em várias situações "a passagem pelo sindicato é condição para ascender a funções de responsabilidade, sobretudo em matéria de administração de pessoal". Isso vincula ainda mais o sindicato à hierarquia das empresas (idem, 25).

Outro aspecto a ser considerado em todo o processo de acumulação flexível do capital, em particular, no toyotismo, é a flexibilização funcional, mais conhecida como TQC (Total Quality Control) ou CQT (Controle da Qualidade Total), que busca no trabalhador um poder maior de "integração", flexibiliza-

ção e capacidade de abstração. Isso implica, necessariamente, numa qualificação cada vez maior da força de trabalho, pois esse novo processo possui caráter sistêmico e requer mobilização e envolvimento de todos.

NOTAS

- 1- Entende-se por Taylorismo/fordismo a conceituação expressa por Ricardo Antunes, em sua recente publicação **Adeus ao Trabalho?**, página 17.
- 2- Esta denominação se deve ao nome do engenheiro Ohno, que deu origem ao novo modelo de produção na Toyota.
- 3- O sistema Kanban, usado nos supermercados dos EUA, baseia-se na reposição dos produtos somente depois de sua venda. Os produtos, antes da exposição, são selados e, com o retorno das embalagens, o estoque e/ou prateleiras vão sendo sistematicamente reabastecidos.
- 4- Devido a um longo período de preparação e posterior produção, à maneira como acontecia com os estudantes de filosofia que dormiam um semestre inteiro para depois estudar intensamente Descartes, Kant e Schopenhauer.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ed. Cortez, SP, 1995.
- Bobbio, Norberto, Matteucci, Nicola, Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Ed. Universidade de Brasília, 1993.
- Borges, Altamiro. "Efeitos da microeletrônica no mundo do trabalho", in revista **Princípios**, número 25, pg 54-60, SP, Julho/1992, Ed. Aníta Garibaldi.
- Frigotto, Galdêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Ed. Cortez, 4a. edição, SP, 1993.
- Frigotto, Galdêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. Ed. Cortez, SP, 1995.
- Lefebvre, Henri. **Introdução à Modernidade**. Ed. Paz e Terra, RJ, 1969.
- Machado, Lucília Regina de Souza. "Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora", in **Coletânea CBE**, Ed. Papyrus, SP, 1994.

* Professora de sociologia da educação da Faculdade de Educação da Universidade do Amazonas e mestranda na Universidade de São Paulo (USP)



A complexa relação entre o partido e o sindicato

Antônia Vitória Soares Aranha *

A relação entre partido e sindicato sempre gerou controvérsias entre os que atuam no movimento operário. Marxistas, anarquistas, sociais-democratas, trostkistas, autonomistas e tantos outros se dividiram sobre esta complexa questão. No texto abaixo, publicado originalmente pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, a autora apresenta seu enfoque, também bastante polêmico, sobre esse tema tão relevante para a luta dos trabalhadores.

Este tema é da maior importância para a intervenção dos trabalhadores. Durante muito tempo, parte significativa da esquerda considerava que a luta política transformadora da sociedade só se daria através da militância nos partidos. A atividade sindical, restrita “à luta econômica”, seria secundária. Ainda de acordo com este pensamento, a luta sindical não questionava profundamente as relações de opressão e exploração vigentes na sociedade capitalista e, por se restringir apenas à

resistência dos trabalhadores frente ao capital, contribuiria para a consolidação do capitalismo ao inserir-se na lógica do mercado (venda melhor de uma mercadoria - a força de trabalho).

Posições mais radicais consideravam a ação sindical apenas como “uma correia de transmissão” (sic) entre o partido (a vanguarda detentora do conhecimento e da práxis transformadora) e as massas. Para que possamos discutir a validade das posições acima

explicitadas e tentar avançar na compreensão de uma relação dialética entre partido e sindicato será necessário a abordagem de algumas questões: como nasceram os sindicatos e os partidos? Como se dá o processo de formação da consciência socialista nos trabalhadores? Qual o papel do partido e do sindicato nesse processo? E, ainda, na fase atual de reestruturação capitalista, como fica o papel do sindicato e do partido?

Faz-se necessário, então, num primeiro momento, traçar um histórico sintético da formação destas instituições, para que, ao final, possamos refletir melhor sobre as questões acima enunciadas.

O processo de formação dos partidos proletários na trajetória do capitalismo

Os partidos políticos são instituições historicamente recentes. Têm origem na primeira metade do século XIX, na Europa e nos EUA, num momento de afirmação do poder político da burguesia. Nascem a partir da Revolução Francesa e proliferam-se quando se generaliza o sufrágio universal como mecanismo de definição do poder político nos Estados Modernos. A configuração atual dos partidos políticos foi influenciada pela intensificação da participação popular e do recente movimento socialista.

“Sem dúvida, é inegável que só com a formação dos grandes partidos socialistas europeus, essas novas instituições assumem (na teoria e na prática) as grandes características fundamentais que seriam os traços institucionais dos grandes partidos: um programa homogêneo, uma organização extensa e estável, um funcionamento contínuo” (Cerroni, 1975).

Restringindo-nos apenas aos partidos dos trabalhadores, que é o que nos interessa, pode-se dizer que seu surgimento e evolução foi fruto de um processo histórico intenso e contínuo. De fato, os primeiros partidos que surgem nada têm a ver com a classe operária e os trabalhadores em geral. São os chamados

“partidos dos notáveis”, que não passavam de associações locais, submetidas e controladas por candidatos ao parlamento ou a grupos de pessoas notáveis, sem participação popular.

“Esses círculos reagrupavam um número mais restrito de pessoas, funcionavam quase exclusivamente durante os períodos eleitorais e eram liderados por notáveis locais, aristocratas ou burgueses de alta sociedade, que proviam à escolha dos candidatos e ao financiamento da atividade eleitoral”. (oppo: in Bobbio, 1986).

Com o desenvolvimento do movimento de massas, particularmente do movimento socialista nos fins do século XIX, a participação popular passa a ocorrer também através dos partidos. Esses partidos, que congregavam a participação dos trabalhadores, tinham como objetivo uma nova ordem social e julgavam ser essencial à educação política das massas. “Nasce daí a necessidade da profissionalização, com especialistas que cuidassem da educação e propaganda e do trabalho organizativo, já que era impossível para os trabalhadores, com jornada laboral intensa, se dedicarem a estas atividades” (Aranha, 1993).

A atividade parlamentar não é mais a atividade prioritária desses partidos. “Aliás, o parlamento (...) era visto como um momento, um instrumento de trabalho entre as massas” (Ibidem, p.11). E os parlamentares eram escolhidos em assembleias e submetidos a um controle rígido pela organização partidária. Por objetivar a conquista do poder político e ter como instância de intervenção o Estado, esse novo tipo de partido estabelecia vínculos profundos com outras organizações populares, como sindicatos, cooperativas, jornais etc.

Evidentemente que, ao longo da história, esses partidos populares, em sua grande maioria, sofreram várias transformações. Vários deles terminaram sendo absorvidos pelo jogo parlamentar e se afastaram de suas prioridades iniciais, abandonando uma perspectiva radical de transformação da sociedade. Outros não conseguiram adequar-se às

novas conjunturas, reciclar seu discurso e terminaram por afastar-se de suas bases. De todo modo, desde o início de sua criação e desenvolvimento, foram colocadas para os partidos dos trabalhadores questões relativas ao seu papel na luta da classe operária e a sua relação com outras entidades proletárias, onde também esses mesmos agentes exercitam sua práxis transformadora.

Os sindicatos surgem com a intensificação da luta contra exploração patronal

A formação dos sindicatos ocorreu num momento histórico anterior ao dos partidos, se se considerar como antecedentes desse tipo de organização as caixas de socorro mútuo e associações beneficentes anteriores. Particularmente, no século XVII, com a intensificação das lutas operárias, cresce a necessidade dos trabalhadores se organizarem e surgem os primeiros sindicatos, as trade-unions, na Inglaterra. Mas só no século XVIII elas se generalizam.

No início, estas organizações eram proibidas e perseguidas. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores, os patrões passam a sentir a necessidade de interlocutores para negociar com os grevistas. E, em 1824, os trabalhadores conseguem, em Londres, o direito de organização sindical. Daí em diante, os sindicatos crescem e se disseminam mundialmente.

“Porém, à medida que o capitalismo se expandia, crescia também o sindicalismo. As primeiras associações de trabalhadores, que organizavam uma minoria da classe, transformaram-se em organizações de massa, com enorme poder no interior das empresas, na economia e no sistema político das democracias capitalistas desenvolvidas. Os dirigentes sindicais passaram a administrar complexas máquinas burocráticas, com imensos recursos e força suficiente para afetar os rumos da política econômica e a gestão da sociedade e do Estado” (Rodrigues, 1990).

Se, no início da sua formação, os sindicatos tinham uma atuação mais afinada com os partidos socialistas, com o desenvolvimento do capitalismo inicia-se um processo de distanciamento. “Nesse passo, na medida em que os sindicatos se transformam em instituições fundamentais da ordem industrial competitiva e democrática, seus dirigentes adquiriram também um poder sem paralelo em qualquer outro regime. Consequentemente, passaram a associar seus interesses à continuidade do sistema” (Ibidem, p.36). É nesse contexto que se iniciam os conflitos entre sindicatos e partidos socialistas e revolucionários em geral. E, em certa medida, é que se justifica a concepção dos partidos socialistas quanto às limitações da intervenção sindical.

Na atualidade, em vários países capitalistas, os sindicatos compartilham da gestão das empresas e eles próprios chegam a estabelecer suas empresas, contribuindo para a exploração daqueles que objetivam representar. Na Alemanha, a DGB controla uma companhia holding, a BGAG, com mais de 40 mil assalariados (Bernardo, 1987). Em Israel, a Histadrut (Federação Geral do Trabalho) controla cerca de 80% da força de trabalho do país e suas empresas “empregam cerca de 250 mil assalariados, o que significa que aproximadamente 1/4 dos trabalhadores sindicalizados têm como patrão os próprios sindicatos” (Ibidem, p.20). Nos Estados Unidos, os sindicatos são proprietários de bancos, como o National Bank of Washington, e, através do controle dos fundos de pensão dos trabalhadores, adquirem somas consideráveis de ações das empresas (Ibidem).

Ao inserirem-se na engrenagem capitalista, os sindicatos transformam-se muitas vezes em instrumentos de exploração de suas bases. Alguns exemplos bastam para entender a situação. “A propriedade formal dos trabalhadores da Eastern Air Lines sobre 1/4 das ações resultou de reduções salariais de 18% em 1984, o que representou para a companhia uma economia de 360 milhões de dólares ou 380 milhões segundo outros cálculos (...). Na Kaiser Aluminum & Chemical o acordo que levou à venda de ações aos

trabalhadores e à entrada de um representante sindical para o conselho de administração implicou uma redução nos salários e nas regalias de 20%" (Ibidem, p.46).

Se os dados são ainda da década passada, a lição para nós é bem atual na medida em que o governo brasileiro acena com a perspectiva de aquisição de ações das empresas pelos trabalhadores brasileiros como aquiescência pela privatização de empresas estatais.

A práxis revolucionária e a participação operária nos partidos e nos sindicatos

Uma das grandes contribuições do marxismo foi ter auxiliado a elucidar o papel da ação humana na construção das sociedades, a correta relação das estruturas sociais e a intervenção do homem. Marx rompeu com uma visão determinista, de que o homem é apenas produto das condições sociais, e também com uma visão idealista, voluntarista, de que esta ação pode se dar independentemente das condições concretas da existência, guiada apenas pela vontade e as idéias de transformação. Nesse sentido, o homem é objeto e sujeito da realidade que o cerca.

Por um lado, Marx atacou o velho materialismo que não via o mundo como fruto da ação humana. "A falha capital de todo materialismo até agora (inclusive o de Feuerbach) é captar o objeto, a efetividade, a sensibilidade apenas sob a forma de objeto ou de intuição, e não como atividade humana sensível, práxis; só de um ponto de vista subjetivo. Feuerbach quer objetos sensíveis - efetivamente diferenciados dos objetos de pensamento, mas não capta a própria atividade humana como atividade objetiva". Por outro, atacou também o voluntarismo e o idealismo: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (Marx, 1987-1988).

Enfim, Marx conseguiu resgatar a dimensão da ação humana, sem com isso resvalar para o pantanoso campo do voluntarismo. O homem seria assim um complexo encontro de variáveis múltiplas: é construtor e transformador da realidade e nesse processo ele também se constrói e se transforma. Mas, concretamente, com respeito à transformação da sociedade capitalista e construção de uma sociedade socialista, que tipo de intervenção é necessária? Quais



Pepê/Fóton

os instrumentos que devem ser utilizados nesta tentativa?

Para Marx, a intervenção não se resume a uma simples prática, ou a um mero avanço de um referencial teórico explicativo da realidade, mas a uma prática consciente, altamente elaborada - a práxis revolucionária, capaz de estabelecer uma relação dialética entre teoria e prática. "A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou autotransformação só pode ser tomada e racionalmente entendida como 'práxis revolucionária'" (Marx, 1984).

Para alguns teóricos, o locus por excelência da práxis revolucionária seria o partido político. Ao sindicato estaria reservado apenas o papel da luta econômica. Stálin chega a afirmar que o partido seria o único espaço da militância revolucionária, a instância máxima da participação. Outros, como Rosa Luxemburgo, enxergam tanto o partido como o sindicato como instrumentos de medição entre teoria e prática no processo de construção da consciência revolucionária das massas e alerta constantemente para o perigo da tentativa de substituição da ação das massas pelo das lideranças.

Marx morreu antes da era dos grandes partidos e das grandes estruturas sindicais, mas nem por isso deixou de manifestar-se quanto à importância das organizações autônomas dos trabalhadores, tendo inclusive participado intensamente do processo de construção do partido socialista. Alguns autores, no entanto, argumentam que sua visão de partido era abrangente, flexível em termos de composição e de organização. "Marx e Engels viram o partido como um momento do desenvolvimento do proletariado, sem o qual este não pode atuar como uma classe" (Johnstone, 1975).

"É plausível supor, portanto, que o conceito de partido-classe, e partido proletário em um grande sentido histórico do termo, significa o conjunto de formas de organização e de ação, ideológicas, políticas, sindicais, culturais, onde se manifesta a iniciativa histórica do proletariado, sua luta contra a burguesia e por um novo tipo de sociedade" (Claudin, 1981).

"Se a luta de classes é o motor da história, porque hierarquizar as instâncias"

Em diversos momentos, Marx posicionou-se contra qualquer tentativa das organizações no sentido de substituírem a ação das massas, a sua experiência concreta. Posto desta forma, o problema, embora mais complexo, fica mais próximo do real: enfim, se é a luta de classes o motor da história, se, para a classe operária no seu processo de construção ideológica-política, a intervenção em diversas instâncias e graus é fundamental, porque então estabelecer-se uma hierarquia entre estas instâncias e graus?

Ao estabelecer semelhante hierarquização não estaremos reforçando a concepção de que as massas têm de ser conscientizadas por uma vanguarda iluminada, desprezando assim a compreensão de que a formação da consciência proletária é um processo complexo? Que os trabalhadores se formam no seu movimento concreto, na sua prática transformadora, que se dá em várias instâncias e graus e que precisa ser resgatada, incentivada, respeitada, pelo conjunto das lideranças? E qual é mesmo o papel da vanguarda?

Aprofundando mais nesta perspectiva, uma concepção fechada, hierarquizada da participação popular, não consegue sequer perceber a dimensão global da intervenção dos trabalhadores. Uma importante interação se dá no próprio "chão da empresa", em lutas de resistência, em organizações "espontâneas", em movimentos mais ou menos explícitos, vinculados ou não ao sindicato, mas decisivos para se forjar valores, idéias, posicionamentos de uma natureza própria da classe operária e fundamentais para a construção de outro tipo de sociedade. E que são, em grande medida, desprezadas e subestimadas pelo conjunto das lideranças, por identificar nelas apenas movimentos embrionários, pouco questionadores, impregnados de "senso comum" etc. e etc., quando não ocorrem com vinculação explícita ao sindicato.

Como alerta Dalila A. Oliveira (1992), “se o que distingue a condição de classe são os interesses comuns dos agrupamentos humanos, essas lutas por se realizarem no campo de classe dos trabalhadores, tendem, na maioria das vezes, a criarem sua própria disciplina, formas de relacionar-se antagônicas aos interesses do capital (...) Elas não visam, necessariamente, a destruição do poder ou a tomada do poder do capital. Mas a construção de novas relações de poder onde os agentes do processo contribuem na construção desta disciplina e por isso a realizam”.

Estes movimentos de resistência podem gerar também suas organizações próprias, entre elas as comissões de fábrica. “Estas comissões ou conselhos de fábrica são apontados como o centro da convergência de toda a indignação dos trabalhadores quanto à sua condição de explorados. Elas funcionam como um contra-poder dentro das empresas, desenvolvendo mecanismos e estratégias coletivas com a finalidade de pôr abaixo o poder hegemônico do capital” (Ibidem).

É certo que os sindicatos têm uma instância de intervenção diferente daquela do partido político. Se o partido tem como alvo a disputa do poder político e interfere a nível do Estado, o sindicato atua a nível, para utilizar uma terminologia em moda, do mercado, ou seja, nas condições de venda da força de trabalho em patamares cada vez melhores. É certo também que, nessas condições, diversas lideranças sindicais perdem (ou nunca tiveram) a perspectiva de qualquer transformação radical da sociedade e contribuem mesmo para a consolidação do capitalismo e que estruturas sindicais inteiras foram absorvidas dentro da engrenagem do capital.

Mas, é preciso ver também outros aspectos: a luta por melhores condições de venda da força de trabalho, levada à frente por parcela considerável do movimento sindical não cooptada, representa também uma luta para além do capital, na medida em que este movimento impõe um decréscimo na taxa de mais-valia.

Por outro lado, uma perspectiva radical de transformação da sociedade poderá ter

uma interpretação mecânica da realidade se conceber a atuação do Estado dissociada das “relações do mercado”, se perder de vista uma relação dialética entre economia e política. Um professor americano, Burawoy (1990), assim se expressou: “As diferentes formas de intervenção do Estado são condicionadas pelos interesses e capacidades de classe, que se definem, primordialmente, no plano da produção. Sua dinâmica autônoma decorre das relações de produção e das forças produtivas que estabelecem a natureza do regime fabril e suas relações com o Estado”.

Esvaziamento e cooptação das lideranças são desafios da atualidade sindical

A situação atual tem imposto a todo o movimento dos trabalhadores (sindicalistas, militantes políticos etc.) novas dificuldades e questionamentos. A nível da estrutura sindical, o desemprego e a terceirização têm provocado um “esvaziamento” das bases dos sindicatos. Os novos processos de organização e gerenciamento do trabalho, como a CQT (Controle da Qualidade Total), têm contribuído para certa cooptação dos trabalhadores, integrando-os ao ideário da empresa, dificultando, desta forma, as mobilizações e lutas.

Antunes (1994), referindo-se à atual estrutura sindical, afirma que ela está em descompasso com o atual momento. Segundo ele, com a separação entre trabalhadores estáveis e temporários “reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos primeiros (...) e, até agora, incapazes de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc. Com isso, começa a desmoronar o sindicalismo vertical, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. Este tem se mostrado impossibilitado de atuar como um sindicalismo mais horizontalizado, dotado de uma abrangência maior e que privilegie as esferas inter-categorias, inter-profissionais, por certo um tipo de sindi-

calismo mais capacitado para aglutinar o conjunto dos trabalhadores, desde os estáveis até os precários, vinculados à economia informal etc.”.

Durante a década de 80, o movimento sindical mais combativo dedicou grande atenção às Comissões de Fábricas, Cipas etc. Mais recentemente, porém, por uma série de fatores, a atuação sindical tem se tornado mais genérica, abandonou o “chão da empresa”. Por sua vez, os patrões têm conseguido vitórias nesse sentido, reconquistando Cipas, formando comissões e representações locais mais manipuláveis etc.

“A adoção de novos modelos de gestão baseados na Qualidade Total, pelas empresas (...), tem exigido um perfil da força de trabalho mais participativo, com novas qualificações, onde se percebe uma predominância gradual da exploração das capacidades intelectuais em detrimento das habilidades manuais dos trabalhadores. A tentativa de cooptação das OLTs (Organizações por Locais de Trabalho) a estes novos modelos, como agentes facilitadores desta política, em busca da contenção dos conflitos, é constante. Na verdade, o intuito é a antecipação e manipulação dos conflitos, conjugado às novas formas de controle da força de trabalho, bastante características do processo de trabalho em informática” (Oliveira, 1992).

Analisando ainda o processo de produção dentro das empresas, Burawoy afirma que a realidade atual tem contribuído para a formação do despotismo hegemônico. “O nascimento de regimes hegemônicos, atrelando os interesses dos trabalhadores à sorte dos seus patrões, incorporando o poder da classe operária na fábrica e não nos aparelhos de Estado, e o reforço do individualismo deixaram os operários indefesos diante dos desafios recentes do capital. Até mesmo os operários ingleses, exemplos máximos de controle do chão de fábrica, encontram-se impotentes diante do desemprego provocado pela racionalização, a mudança tecnológica e, particularmente, a intensificação do trabalho”.

Internacionalmente, a onda do individualismo, do racismo e de outras concepções retrógradas têm contribuído para o esvaziamento de perspectivas e intervenções coletivas.

E este fato atinge indistintamente partidos, sindicatos e outras organizações populares. Se as massas se formam na sua atividade concreta, na sua prática social, o momento atual tem contribuído para o enfraquecimento do trabalhador coletivo. Portanto, a preocupação de como superar as dificuldades em geral deve ser necessariamente coletiva, rompendo qualquer visão hierárquica de intervenção.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? (As metamorfoses no mundo do trabalho e as dimensões da crise do sindicalismo)**. Campinas, Unicamp, 1994, tese de Livre Docência - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- Aranha, Antônio V.S. **Partido Político, Saber e Formação: Alguns elementos da experiência do PCdoB**. Belo Horizonte, UFMG, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.
- Bernardo, João. **Capital, Sindicatos, Gestores**. Ed. Vértice/Revista dos Tribunais, São Paulo, 1987.
- Bobbio, Norberto (org). **Dicionário de Política**. Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1986, p.899-902.
- Burawoy, Michael. **As transformações dos Regimes Fabris no Capitalismo Avançado**. RBCS, n.13, jun/1990.
- Cerroni, Umberto. “Para uma teoria do partido político”. In: **Teoria marxista del Partido Político**. Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, 1975, v.1.
- Claudin, Fernando. **Marx, Engels y la revolución de 1848**. Ed. Siglo Veintiuno de España Editores SA, Madrid, 1981.
- Johnstone, Monthy. “Marx e Engels y el concepto de partido”. In: **Teoria marxista del partido político**. Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, 1975.
- Marx, K. **Teses contra Feuerbach**. Ed. Nova Cultural (Os Pensadores), São Paulo, 1987.
- Marx, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Ed. Nova Cultural (Os Pensadores), São Paulo, 1987-1988.
- Oliveira, Dália A. **As organizações por Local de Trabalho entre a Ruptura e o Consentimento: a dimensão educativa das lutas autônomas**. Belo Horizonte, UFMG, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.
- Rodrigues, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos, escritos de sociologia política**. Ed. Ática, São Paulo, 1990.

* Mestre em educação e professora do Departamento de Administração Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais

Os cinco minutos de um império no ocaso

Umberto Martins *

Por alguns instantes, a Guerra do Golfo, em 1991, pareceu consagrar a "nova ordem mundial" preconizada pelo ex-presidente dos EUA, George Bush, logo após a derrota do Iraque. Nela, o vazio deixado pelo fim da bipolaridade seria ocupado por uma inevitável unipolaridade e a geopolítica do planeta conforme a vontade da burguesia norte-americana, afinal a grande vitoriosa da chamada Guerra Fria. Hoje, quando Clinton ensaia a repetição da história, a realidade é bem diferente e mais se assemelha a uma caricatura daquela idéia.

Há pouco mais de cinco anos, no dia 27 de fevereiro de 1991, terminava a Guerra do Golfo, pomposamente apelidada de "Tempestade na Areia" pelo governo dos EUA, que nela viveu doces momentos de glória. Liderando uma coalizão (imbatível) de 19 nações - incluindo todas as potências capitalistas, a ex-URSS e a maioria dos países da região, principalmente árabes -, em apenas 42 dias conseguiu dobrar o Iraque, a quem impôs pesadas baixas (mais de 100 mil vidas, de militares e civis) e uma dolorosa capitulação. Conquistou uma vitória por muitos descrita como espetacular. Ampliou sensivelmente seu poder sobre as ricas minas de petróleo do Oriente Médio, estacionando no Golfo Pérsico uma força composta de 18,5 mil soldados, com abundância de armas, carros, navios e aviões de guerra.

Fez a guerra sob a bandeira da ONU, subjugando todos os membros permanentes do Conselho de Segurança (que, além dos EUA, inclui Rússia, China, França e Inglaterra). Consumou também, sobretudo, um negócio muito lucrativo. Alegando sua própria indigência financeira, arrancou cerca de 48 bilhões de dólares dos países aliados para custear a brincadeira. Na época, um indignado deputado alemão, o social-democrata Wolfgang Roth, exortou seu governo a não pagar todo o dinheiro que tinha prometido, denunciando que o ganho dos norte-americanos tinha sido exorbitante. Cerca de 13 bilhões de dólares foram extorquidos do Japão, que naquele momento amargou sua impotência diplomático-militar e aprendeu, um tanto contrafeito, que ainda **não** reunira forças para dizer não, embora o governo sinalizasse que

agia contrariando a vontade da maioria da nação. Durante o conflito no Golfo, os meios de comunicação divulgaram uma pesquisa reveladora: mais de 70% dos nipônicos condenavam todo e qualquer tipo de envolvimento do seu país na guerra.

Seja como for, o feito produziu milagres em certas contas da bordejante economia ianque. Assim é que, no dia 11 de junho de 1991, o governo Bush anunciou um número inédito desde 1982, que contrastava com a tendência objetiva do balanço de pagamentos: os EUA fecharam, naquele mês, o ano fiscal de 1991 com um superávit de 10,22 bilhões de dólares em conta corrente, saldo do bendito conflito, com o qual se imaginou, entre outras coisas, financiar a raquítica "Iniciativa para as Américas" (anunciada pelo governo Bush).

Abusando do poder imperial, os EUA trataram de limitar a soberania do governo iraquiano, estabelecendo "zonas de exclusão aérea" ao Sul, sob o pretexto de defender o Kuwait, e ao Norte, onde a CIA fincou bases e passou a planejar e desenvolver atividades subversivas, visando unir o povo curdo numa conspiração para derrubar Saddam Hussein.

Conflito no Golfo expõe a fragilidade da "nova ordem mundial" imposta pelos EUA

Foi naquela ocasião que o colosso das Américas, através de pronunciamento do presidente George Bush, anunciou aos quatro ventos o projeto de uma "nova ordem mundial", estruturada à imagem e semelhança da sua arrogante burguesia, plenamente ajustada aos seus interesses e fundada no sonho de alinhar todas as potências capitalistas sob a bandeira do dólar. Os fatos pareciam justificar a tese: consolidava-se o fim da chamada bipolaridade, com a derrota do "socialismo real" e o colapso da União Soviética (oficializada por Boris Yeltsin em dezembro de 1991). A sobrevivência, momentânea, de uma única superpotência militar digna de respeito no planeta aparentemente confirma-

va a idéia de que o vazio deixado pela bipolaridade estava cedendo espaço a um mundo unipolar, cabendo indiscutivelmente aos EUA o papel de protagonista dentro da "nova ordem".

Nesses dias de setembro, quando o governo Clinton, às vésperas das eleições em que pleiteia novo mandato (e a pretexto de impedir o envolvimento do Iraque no conflito entre os curdos travado no Norte do seu território), decide reprisar a história, ordenando o despejo de bombas em território iraquiano, a realidade parece mais uma caricatura do que foi e indica que muita água rolou nos últimos cinco anos. Convém ressaltar que alguns entusiastas da hegemonia norte-americana continuam enxergando a mesma manifestação de opulência imperialista, como revelam esses trechos do editorial publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo" (05/09/96), sobre os bombardeios promovidos pelos norte-americanos em 03/09/96: "as aventuras militares de Saddam Hussein requerem uma resposta firme que só uma liderança igualmente firme pode fornecer, e na chamada nova ordem mundial essa liderança está concentrada indiscutivelmente nos EUA" (...) "No que se refere ao papel desempenhado pelos Estados Unidos, o fim da guerra fria deixou este país na solitária posição de mediador global e, eventualmente, de árbitro e de polícia" do mundo.

Existem, porém, notáveis diferenças a considerar. A maior, que transmite a inevitável impressão de definhamento da aliança costurada em 1991, é que a nova aventura contra o Iraque transformou-se numa iniciativa isolada (a cada dia mais) do colosso das Américas.

Na Guerra do Golfo (a de 1991), os EUA agiram sob a bandeira da ONU, respaldados pelo Conselho de Segurança daquela organização, e contaram com o apoio da maioria dos países árabes (entre os quais Arábia Saudita, Síria e Egito) e da região (Turquia principalmente, base dos ataques pelo Norte), toda a Europa, Américas (a Argentina de Carlos Menem enviou duas fragatas para garantir a vitória da santa aliança do "mundo

democrático" em defesa da monarquia kuwaitiana), Ásia e União Soviética.

Desta vez, entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (além dos EUA, Rússia, China, França e Inglaterra), o grande império só contou com o apoio da Inglaterra (sua - ainda - fiel ponta de lança na Europa) para a aventura, que mereceu uma enérgica condenação da França.

A mudança de postura mais significativa foi revelada pela Rússia, que parece estar saindo da posição de subserviência e letargia a que havia sido relegada desde a época da malfadada "perestroika" e reagiu de forma dura, conforme se observa na declaração do seu chanceler, Yevgeni Primakov: "Esse é um precedente criminoso. Se uma superpotência, seja ela os EUA, a Europa ou a Rússia, decide usar a violência sem consultar uma organização internacional - no caso, o Conselho de Segurança da ONU -, há um conflito", que em sua opinião ameaça romper a ordem internacional e provocar "anarquia nas relações internacionais". O secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, general Lebed, também foi enfático: "Há", sublinhou, "um mestre fortão que cospe em todos. Este mestre está se comportando como touro numa loja de porcelana."

A conspiração orquestrada pela CIA no Iraque "foi um verdadeiro desastre"

Ao lado da França e da China, a Rússia impediu a aprovação de resoluções do Conselho de Segurança da ONU condenando Saddam Hussein e reforçando as sanções contra o Iraque (propostas pela Inglaterra), ao mesmo tempo em que afirmou ser "inaceitável" qualquer iniciativa guerreira isolada na região, sem prévia consulta e autorização da Organização das Nações Unidas.

Não menos importante foi a reação dos países da região, em 1991 perfeitamente integrados à estratégia imperialista dos EUA. Antes de tudo, convém notar que o fato ge-

rador dos bombardeios foi a intervenção do exército iraquiano no conflito entre os curdos, verificado ao Norte do país. Estranhamente, os bombardeios americanos foram desencadeados ao Sul, a partir do Kuwait. Embora o pretexto foi de "no interferir na complexa questão curda", a oposição da Síria e Turquia (países que têm fronteira ao Norte com o Iraque, cujos governos proibiram o uso do seu espaço aéreo pela aviação dos EUA para iniciativas contra o Iraque) e da Arábia Saudita (onde se localiza a principal base aérea dos EUA no Golfo Pérsico), certamente pesou no cálculo militar do Pentágono.

A guerra de 1991 deixou seqüelas. O apoio à coalizão contra o Iraque criou problemas para vários dirigentes árabes e fez aumentar as tendências ao pan-arabismo. A Arábia Saudita, que há poucos dias desautorizou qualquer mobilização de tropas em seu território para a guerra contra o Iraque, vem sofrendo pressões de grupos religiosos para que as forças ocidentais sejam retiradas de seu território e já foi alvo de dois atentados, um deles no dia 25 de junho, contra a base aérea de Dhahran, resultou na morte de 19 militares americanos. Também o Egito tem sido um alvo privilegiado de atentados.

Conta também, talvez principalmente, o fato de que o domínio dos EUA tem um custo econômico elevadíssimo - o fardo neocolonial pode estar se tornando insuportável. Arábia Saudita e Kuwait foram os que mais contribuíram (com dezenas de bilhões de dólares no custeio da Guerra do Golfo) para o superávit nas contas correntes norte-americanas em 1991.

Analisado sob o ângulo dos objetivos imediatos dos EUA na região, os bombardeios de 3 de setembro soam hoje como tiros de festim. O balanço do último conflito no Golfo Pérsico ainda não pode ser fechado. Os fatos ainda estão rolando, o governo Clinton continua enviando reforço militar para o Kuwait (único apoio que lhe restou na região) e a ameaça de uma nova guerra não está afastada, mas o saldo verificado até o dia em que encerro este artigo (21/09) indicava um revés

para a estratégia do Pentágono. A contrapartida da vitória de Saddam no Norte foi o fracasso (pelo menos no momento) do plano elaborado pela CIA para derrubar o governo iraquiano. A agência fincou bases entre os curdos desde 1991, segundo o jornal "The Washington Post", visando reunir forças para desfechar um golpe militar no país, a exemplo do que implementou (em conjunto com o serviço secreto britânico) contra o governo democrático de Mohamed Mossadegh no Irã em 1951 (que deu lugar à ditadura do Xá Reza Pahlevi).

A CIA teria gasto até hoje a bagatela de 100 milhes de dólares e perdeu mais de 100 de seus agentes (presos e executados), "um verdadeiro desastre", na expressão de Issa Goraib (jornalista de "O Estado de S. Paulo", em artigo na edição de 16/09/96), para quem "os EUA não saem enobrecidos deste acontecimento". Milhares de mercenários foram recrutados para levar a cabo o projeto e a maioria deles foi forçada a abandonar o território iraquiano como resultado da ação conjunta do Exército de Saddam Hussein e do Partido Democrático do Curdisto (KDP, liderado por Massud Barzani). A CIA chegou a instalar o Conselho Nacional Iraquiano, há dois anos, formando uma espécie de governo paralelo no Iraque que assumiria o poder após o golpe.

"A fragmentação do Conselho Nacional Iraquiano, instalado há dois anos para a derubada de Saddam", nota Issa Goraib, "constitui revés ainda mais grave para os EUA. Uma das facções, o Partido Democrático Curdo (PDK), de Massud Barzani, praticamente se atirou aos braços de Saddam, enquanto a União Patriótica do Curtisdão (PUK), de Jalal Talabani, procurou a proteção do Irã, inimigo número 1 dos EUA."

Hegemonia norte-americana no mundo começa a enfrentar contestações mais sérias

O atual conflito no Golfo está ligado a outros acontecimentos diplomáticos, igualmente originados pela vontade norte-ameri-

cana de impor ao mundo sua singular, e a cada dia mais impopular, concepção de nova ordem mundial. Cabe destacar a aprovação, pelo Congresso de leis extraterritoriais, sancionadas pelo Executivo, contra empresas estrangeiras instaladas em Cuba (Lei Helms-Burton), Irã e Líbia (Lei Amato), iniciativa que sofreu uma condenação e contestação geral da chamada comunidade mundial. A Europa anunciou que adotaria medidas de represália, enquanto o governo de Necmettin Erbakan, líder fundamentalista da Turquia, acabou fechando um negócio de 23 bilhões de dólares com o Irã, para a construção e exploração de um gasoduto que atravessará o território dos dois países. "Sob Erbakan, a Turquia deixou de ser uma província americana", comemorou o jornal iraniano de língua inglesa "Theran Times".

Tais fatos revelam que a hegemonia norte-americana começa a enfrentar contestações mais sérias e sinalizam expressivas mudanças no processo de alinhamento e disposição de forças geopolíticas no mundo, que só podem ser compreendidas à luz de alterações mais profundas, e irreversíveis, no quadro de equilíbrio geopolítico entre as potências, que vêm se desenrolando nas últimas décadas. Não é difícil verificar que o apetite hegemônico da burguesia norte-americana contrasta com sua relativa decadência econômica. O movimento desta contradição (que torna os EUA mais agressivos e violentos) engendra uma das mais poderosas forças motoras do desenvolvimento da diplomacia mundial.

Embora ofuscado pelos indicadores conjunturais de crescimento, a decadência econômica dos EUA está amarrada por laços estruturais, expressos nos colossais déficits gêmeos do país (público, do comércio externo e das contas correntes do balanço de pagamento), cujo financiamento redundava na maior dívida externa do planeta e mina o poder financeiro norte-americano.

Uma lição sugerida pela experiência do imperialismo inglês é que o equilíbrio entre as três esferas de poder das grandes potências (econômica, diplomática e militar, que em-



Marco Aurélio Monteiro

bora relativamente autônomas são profundamente interdependentes) é a base para a preservação e o desenvolvimento relativamente pacífico das nações no quadro de uma ordem mundial estabelecida. Assim é que o período da hegemonia inglesa - aquele "império onde o sol nunca se põe" - sobre o mundo se estendeu, sem muitas perturbações, da segunda década do século passado até o início do presente século, quando (a exemplo do que ocorre hoje com os EUA, em função do desenvolvimento desigual, parasitismo e déficits na balança comercial e, depois, nas contas correntes) tornou-se patente a perda da liderança econômica daquele país, para os EUA (na América) e a Alemanha (na Europa). A desproporção entre o status político-militar e a decadência econômica não tardou a provocar contestações e conflitos que pavimentaram a estrada para as duas grandes guerras mundiais.

Em outras palavras, enquanto a potência hegemônica mantém insofismável liderança econômica, as coisas correm bem, os interesses se acomodam com maior facilidade, os demais atores se submetem, a paz (sempre relativa) e a diplomacia prevalecem; o mesmo já não ocorre quando não há equilíbrio entre as esferas do poder, quando a superioridade militar e ambição política deixa de

ser autorizada pela supremacia econômica; neste caso, as contestações tornam-se mais frequentes.

É possível registrar uma outra lição: a base da hegemonia é o poder econômico, fator que prepondera sobre os demais no tempo. A potencialidade militar (com o poder do Vaticano) impõe o tom da diplomacia e a força política relativa. Em contrapartida, ela decorre da capacidade econômica (desenvolvimento geral, poupança, posições no exterior e avanço tecnológico), ou seja, com o tempo a economia determina a capacidade militar, assim como a influência política. Quando os especialistas se derem ao trabalho de investigar a retirada das bases militares norte-americanas das Filipinas, que contavam 100 anos, notarão com quanta ironia e crueza se concretiza a relação entre economia, diplomacia e poder militar.

Tendência em curso é a da decomposição da liderança mundial dos Estados Unidos

Tudo indica que a situação atual não ficará congelada e a unipolaridade momentânea, se é que ainda se pode falar dela, não tem futuro. A tendência em curso é de decompo-

sição da liderança norte-americana, como ocorreu com a Inglaterra e outras potências no passado (e foi relatado pelo historiador Paul Kennedy no livro "Ascensão e queda das grandes potências").

Cabe notar que dramas do tipo não se desenvolvem na história ao ritmo de desenho animado. Produto do desenvolvimento desigual entre as potências - e no caso reflexo do déficit de poupança e investimentos, vinculado ao crescente parasitismo -, a perda da liderança econômica norte-americana é um processo que vem se verificando ao longo das décadas que rolaram desde o pós guerra. É bem provável que o marco do declínio (em que se dá a perda da hegemonia econômica) tenha se estabelecido na segunda metade dos anos 80, quando os EUA deixam a condição de maior credor (posição que perdem para o Japão) e passam a exibir a maior dívida externa do planeta. O processo de decomposição, embora inexorável, pode ser mais ou menos lento. No início deste século a liderança econômica da Inglaterra já fazia parte de uma página virada na história, mas a entrega do primeiro lugar no *ranking* das potenciais, para os EUA, veio a ocorrer em 1944, no encontro que celebrou os acordos de Bretton Woods.

Tem se dado também que a potência em melhor situação econômica tende a assumir o lugar da decadente. Isto, porém, não ocorre automaticamente, além do que o curso natural das coisas é fortemente influenciado por fatos políticos e militares, em que se revela a face humana da história. Assim foi que, como a maior economia da Europa no início do século, a Alemanha lançou-se à disputa do trono, mas perdeu duas guerras mundiais e quem afinal veio a desbancar o império real britânico foram os EUA, cuja economia foi favorecida pelos dois conflitos.

Da mesma forma que derruba a liderança econômica dos EUA, o desenvolvimento

desigual levou à reemergência de potências como o Japão e a Alemanha, ambos derrotados na segunda guerra. Donos dos maiores bancos do mundo, das maiores reservas monetárias, grandes superávits em conta corrente e os mais elevados créditos no exterior (principalmente sia), o Japão se transformou indiscutivelmente na principal potência financeira do planeta. Embora se rearmando, o país ainda tem as unhas do concorrente engravadas no corpo - uma remanescência da 2ª Guerra que lhe tolhe a autonomia e talvez seja sua principal preocupação diplomática do momento, como parece ter sido discretamente demonstrado num recente plebiscito realizado em uma das suas cidades onde se abrigam bases norte-americanas (no qual em torno de 80% da população se expressou pela retirada dos indesejados militares, que costumam se divertir estuprando menores - o plebiscito, por sinal, foi noticiado com admirável economia de palavras pela nossa grande imprensa).

Nessas condições, o Japão por enquanto não está em condições de ousar muito. Não deixa de ser interessante que (ao lado da Alemanha, novamente a maior potência européia) seu governo tenha manifestado apoio aos últimos bombardeios desencadeados pelos EUA contra o Iraque.

Muita água ainda pode rolar. Certo é que a vida não registra a existência de potências que tenham conseguido se perpetuar no poder. Ascensão seguida de quedas de hegemonias é o processo que vem sucedendo há séculos. O imperialismo não contrariou a norma, apesar dos esforços da Inglaterra, cuja burguesia tardou a admitir a decadência. Se a trajetória da hegemonia norte-americana por um acaso for resumida no espaço de um filme, futuramente, o momento que vem da Guerra no Golfo poderá ser exibido como os cinco minutos de glória de um império no ocaso.

* Jornalista, assessor de imprensa do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo

O esforço do Vietnã na luta pelo desenvolvimento

Aldo Rebelo *

O avião da *Vietnã Air Lines* aproximou-se suavemente do aeroporto de Hanói, deixando para trás os campos cultivados de arroz e a idéia de um país distante e misterioso, quase inacessível para os ocidentais. Numa rápida visita, a constatação de que este povo heróico enfrenta com coragem, firmeza e criatividade a batalha para reconstruir e desenvolver a sua nação, garantido o bem-estar social e o progresso para todos.

O 8º Congresso do Partido Comunista do Vietnã, a que tive a honra de assistir como representante do Partido Comunista do Brasil, encerrou seus trabalhos no início de julho, em Hanói, comemorando uma grande conquista: o partido dirige a segunda economia que mais cresce na Ásia - 9,5% em 1995 -, logo depois da China, por sinal outro país socialista. Os congressistas festejaram ainda a derrota do mais temível inimigo das economias atuais: a inflação. Os índices desabaram de 774,7% em 1986 para 12,7% no ano passado, e isso sem afetar o crescimento do país.

Reconstrução da pátria devastada pelas guerras contra o imperialismo

Os vietnamitas empenham-se, hoje, em reconstruir sua pátria devastada por três

guerras sucessivas de agressão, movidas pelo Japão, pela França e pelos Estados Unidos. A resistência heróica e prolongada do povo vietnamita terminou com a derrota americana em 1975 e a reunificação nacional em 1976.

O país enfrentou uma grave crise econômica e social nos fins dos anos 70 e no começo dos anos 80, em parte por causa das dificuldades herdadas do período das guerras. E em parte também pela aplicação mecânica de modelos de construção do socialismo, conforme reconheceu o Partido Comunista em 1986, no 6º Congresso, iniciando um movimento de retificação, aprofundado após a derrota do socialismo no Leste Europeu e na União Soviética.

O modelo de forte centralização burocrática foi substituído por uma orientação mais flexível que, preservando a direção do Partido Comunista, a hegemonia do setor

socialista da economia e os planos quinquenais, adotou mecanismos de mercado e promoveu uma abertura controlada a investimentos privados, principalmente estrangeiros. Apesar do bloqueio norte-americano, mantido até recentemente, o Vietnã estabeleceu relações diplomáticas com aproximadamente 160 países, relações comerciais com cerca de 100 países, recebendo de pelo menos 50 deles algum tipo de investimento.

O acelerado ritmo de crescimento entre 1991 e 1995 - taxas médias anuais de 8,2% na produção global, de 13,5% na indústria, de 17% nas exportações e de 27% na produção de alimentos - tornou o país capaz de garantir o abastecimento alimentar de sua população de 70 milhões de habitantes e ainda exportar excedentes de arroz, inclusive para o Brasil.

Os efeitos da guerra e do bloqueio impedem que as potencialidades do país sejam totalmente desenvolvidas. Em muitas indústrias os equipamentos são de diferentes origens, gerando problemas de manutenção e reposição de peças. Segundo os próprios dirigentes, os recursos humanos carecem de melhor treinamento e adaptação às mudanças introduzidas na economia e exigências dos parceiros capitalistas.

Realizações invejáveis na economia e na promoção do bem estar da população

No caso do belo litoral de 3 mil quilômetros, as possibilidades do turismo ficam reduzidas por conta da pobreza de infraestrutura, particularmente rodovias, aeroportos e hotéis, destruídos durante os bombardeios norte-americanos e até hoje apenas parcialmente reconstruídos.

Os avanços sociais também foram signi-

ficativos, a ponto da Unicef, organismo das Nações Unidas voltado para a infância, colocar o Vietnã em segundo lugar numa lista de países que adotaram programas eficientes de proteção a suas crianças. A parcela de famílias abaixo da linha de pobreza caiu de 55% em 1989, para 20% em 1993.

Os governantes tomaram como principal desafio alimentar e educar o povo. Cerca de 70% da população do país vive no campo e dedica-se ao cultivo principalmente do arroz, combinando técnicas rudimentares com o uso de técnicas mais modernas. A porcentagem de habitantes que sabe ler e escrever chega a 90%, e a educação atinge hoje todos os cantos do país. Mesmo as populações das regiões mais inacessíveis têm assegurado o acesso à escola.

Os dirigentes vietnamitas reafirmam sua fidelidade ao marxismo-leninismo e aos ensinamentos do fundador do partido e primeiro presidente da República: Ho Chi Minh, o construtor da unidade nacional e dos sólidos laços internacionalistas com os povos da região e de todo o mundo.

No Congresso de Hanói, pude ouvir, além dos pronunciamentos dos partidos comunistas de vários países, o comovente discurso da representante do Partido Social Democrata da Suécia, que evocou o assassinato do ex-primeiro ministro sueco Olaf Palme e sua posição de crítica à agressão norte-americana.

Os meios diplomáticos de Hanói prevêem que o Vietnã emergirá nos próximos dez anos como uma nova potência econômica na Ásia. A julgar pelas convicções manifestadas por dirigentes e militantes na tribuna do congresso e pela conhecida disposição de luta e trabalho da nação indochinesa, essas previsões se realizarão para a merecida alegria de um dos povos mais resolutos e mais sacrificados da história contemporânea.

* Jornalista, deputado federal pelo PCdoB de São Paulo

Sindicatos e Internet: navegar é preciso

Carlos Pompe *

A Internet cresce mais rapidamente do que qualquer outro meio de comunicação já inventado. As estimativas indicam até 50 milhões de usuários em mais de 146 países - e o sistema só se abriu ao grande público há 3 anos. No Brasil, até março foram registrados 300 mil (em fevereiro, cresceu 49%). Até o final do ano prevê-se a existência de 1 milhão de usuários brasileiros. Calcula-se que até o final do século a rede terá 100 milhões de usuários. Mas, afinal, o que é a Internet?

Criada nos Estados Unidos há 27 anos, a Internet possibilita a ligação entre computadores via linha telefônica. Através dela podem ser transmitidas imagens, sons e programas de computador. É uma grande teia, que integra máquinas de todos os tipos e tamanhos. Nela, o microcomputador tem seu poder multiplicado milhares de vezes. Funciona como correio instantâneo, como biblioteca e como catálogo de compras.

Há quem afirme que é o mais poderoso instrumento de comunicação já produzido pela tecnologia. Simples de usar e barato. Reduz despesas economizando fax, telefonemas, correios expressos e correios normais. Possibilita a realização de reuniões (chamadas "conferências") com um número ilimitado de participantes localizados em qualquer parte do planeta.

Para conectar à Internet é necessário um micro ligado à uma linha telefônica e ter um

provedor de acesso. Um provedor é uma empresa que possui um ou mais servidores conectados 24 horas por dia à Internet. Há vários provedores no Brasil: Alternex/Altercom, AMS, BR Home Shopping, DGLNet, Dialdata, IBM/GSI, Mandic, NutecNet, Origin, Sanet, U-Net, Unisys. Em geral, essas empresas cobram entre 30 e 40 reais por um pacote básico com 20 a 30 horas de acesso mensais, e mais 2 a 3 reais por hora adicional.

Imagem e som cativam o usuário a navegar na teia mundial da comunicação

Um dos serviços mais cativantes da Internet é o World Wide Web (WWW, teia mundial de comunicação), a parte gráfica e sonora da comunicação eletrônica. Através desse serviço, o usuário tem acesso a jornais,

revistas e serviços de comunicação de várias entidades, empresas e governos do mundo todo. Ele surgiu em 1993 e é utilizado através de símbolos. O usuário aciona um dos símbolos (desenhos ou palavras) que aparecem na tela do computador e tem acesso à informação, foto, gráfico, som ou programa desejado.

A isso os aficionados chamam “navegar” na Internet. O problema é que, ao contrário da novela, o acesso à parte gráfica é bastante demorado, principalmente se existirem muitas fotos e gráficos. Se a WWW solicitada tiver apenas textos, o acesso é mais rápido.

Mas o serviço mais usado na Internet é o **E-mail**, ou correio eletrônico. É o serviço que o Jô Soares utiliza na abertura do seu programa de TV. As estatísticas americanas indicam que entre 60% e 70% das pessoas que usam a rede valem-se do E-mail para a troca de mensagens escritas. Pelo correio eletrônico é possível enviar mensagens e documentos para qualquer parte do mundo, pagando apenas a ligação telefônica local.

As mensagens podem ser armazenadas e respondidas na hora mais conveniente. Existem inúmeros grupos de discussão sobre os mais variados assuntos na rede. O E-mail permite também realizar compras e pagar com cartão de crédito, o que ainda não é muito aconselhável por problemas de segurança (especialistas consideram uma temeridade colocar na Internet o número do cartão de crédito).

Além da WWW e do E-mail, a Internet também possibilita acionar computadores a distância, resgatar informações armazenadas em bancos de dados em outros países e pesquisar bibliotecas eletrônicas do mundo inteiro. Contudo há ainda um problema não solucionado: a segurança.

Controle e segurança geram enorme polêmica sobre o Ciberespaço sem fronteiras

Criada em 1969 com objetivos militares, a rede era um meio de comunicação de acesso

limitado entre os laboratórios do governo dos Estados Unidos. Foi projetada sem centro, numa espécie de estrutura de teia de aranha, que manteria a operação mesmo em caso de um ataque nuclear aos EUA. O governo não queria ficar sem comunicação com suas Forças Armadas no caso de uma guerra atômica.

Esse formato, que permite a expansão da rede ao infinito, se mantém até hoje. A Guerra Fria acabou e o sistema foi aberto primeiramente à comunidade acadêmica, aos centros universitários e de pesquisa. À medida em que a rede foi sendo aberta ao público, seu acesso ficou também totalmente em aberto. Assim, é possível a qualquer pessoa tomar conhecimento das informações colocadas na rede.

Aliada à falta de segurança, vem também a falta de controle sobre o que é colocado na Internet. “Calúnia, difamação e propriedade intelectual roubada são comuns na Internet”, reclama Bill Gates, o criador do programa Windows para os microcomputadores. Existem páginas e conferências contra judeus, árabes, negros, mulheres, homossexuais etc. Nos Estados Unidos foi aprovada uma legislação que, a pretexto de combater o racismo e a discriminação, acaba considerando como puníveis discussões via Internet sobre prevenção da AIDS ou como conseguir um aborto legal. Na China, os usuários da Internet e de correio eletrônico têm que ter um registro especial, cedido pelo governo.

É a busca pelo controle da informação, que tem a reação da parte dos usuários: “No mundo emergente das redes interativas, não se pode exigir que as empresas que distribuem pacotes de informação eletrônica filtrem seu conteúdo, assim como não se pode exigir que as companhias telefônicas assumam responsabilidade por tudo que é dito no sistema telefônico”, afirma Bill Gates. Nos EUA existe uma página na WWW dedicada à campanha pela liberdade na rede, que afirma: “Insistimos que qualquer material que seja legal nas livrarias, nos jornais e nas bibliotecas públicas seja legal na rede”.

A questão é que a rede não tem fronteiras. Na França foi proibida a circulação de

um livro sobre o ex-presidente François Mitterrand. O autor colocou "Le Grand Secret", o livro proibido, na WWW. Qualquer usuário pode acessá-lo e inclusive imprimi-lo. Qualquer usuário, de qualquer país... Essa situação levou Nicholas Negroponte, co-fundador e diretor do Media Lab (Laboratório de Meios de Comunicação) do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, a comentar:

"Os franceses se preocupam com o 'conteúdo em francês' da Internet. Assim, todos os ministros falam sobre esse assunto ridículo, enquanto todos milhares de jovens franceses que se conectam à Internet não dão a mínima sobre a origem dos conteúdos. O ciberespaço não tem nenhuma nacionalidade. O ciberespaço também contém o fim das fronteiras entre os países. Para que precisamos de fronteiras? Os Estados têm coisas sérias com que se preocupar, como crescimento populacional, sistemas de saúde, educação etc. E não estou adotando alguma atitude anarquista".

As primeiras iniciativas do sindicalismo para utilizar a comunicação eletrônica

Nos EUA, três em cada dez residências têm computador, que custam de 2 mil a 3 mil

dólares, e os usuários da Internet já chegam a 15 milhões. Agora as empresas estão investindo no lançamento de computadores mais baratos, 500 dólares, visando ampliar o mercado consumidor. O objetivo é que todas as residências que tenham um aparelho de TV, tenham também um computador, e que o aparelho esteja acoplado à linha telefônica e ligado à Internet.

Isto levará, é claro, ao congestionamento das linhas telefônicas. O fenômeno já ocorre, mas ainda em pequena escala. Já existem vários estudos para agilizar as ligações e a Internet. Portanto, tudo aponta para a comunicação eletrônica em expansão, alcançando setores cada vez mais amplos da sociedade. Diante deste quadro, as entidades sindicais não podem ficar de fora.

Várias têm sido as iniciativas de utilização da comunicação eletrônica pelas entidades sindicais. Em especial, via E-mail. Em abril de 1994 a Central Única dos Trabalhadores inaugurou uma conferência, a *cut.agencia*, e agora em setembro lançou sua página na Web - *WWW.sindicato.com.br*. O Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicação de Minas Gerais, Sinttel, em 1995, tornou-se o primeiro sindicato brasileiro na Web. Outras entidades, em todo o país, trilham o mesmo caminho para agilizar as informações.

"O Sintaema adquire cotas da *Debate Sindical* há muito tempo. Ela é uma revista conhecida e respeitada pelas lideranças sindicais da categoria. Serve como um importante instrumento de informação e formação, trazendo sempre análises aprofundadas dos temas mais candentes das lutas dos trabalhadores. É um veículo indispensável para a ação sindical"

**Sindicato dos Trabalhadores em
Água, Esgoto e Meio Ambiente do
Estado de São Paulo - Sintaema**

“As vantagens desse meio de comunicação se impõem ao movimento sindical”, avalia Wagner Gomes, secretário de Comunicação da CUT. “Estamos buscando convênios para baratear o acesso dos sindicatos à Internet. Com os sindicatos aderindo, colocaremos as publicações da CUT na rede. No mesmo dia, as entidades de todo o país terão acesso às resoluções e documentos da Central, por exemplo, e poderão imprimi-los e reproduzi-los para a sua categoria. Ganharemos em velocidade, atualidade e qualidade. Poderemos unificar nossa intervenção na sociedade e democratizar o debate político, seja na própria Central, seja nas correntes

políticas que a integram, como a Corrente Sindical Classista, através das conferências no E-mail”, afirma.

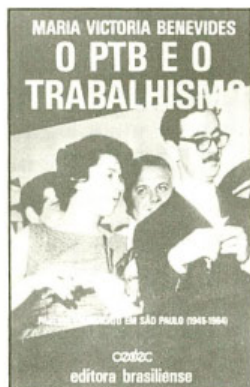
A maior parte dos sindicatos filiados à CUT que utiliza a Internet o faz através da AlterCom, empresa comercial controlada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Trata-se de um centro de pesquisa, consultoria e serviços que tem como centro de seu trabalho a promoção da democracia, solidariedade e justiça social. Os interessados em contactar a AlterCom devem ligar para (021) 286-4467 ou (021) 537-7965.

* Jornalista,
assessor de
imprensa da
CUT Nacional

“Para garantir uma sólida organização classista dos trabalhadores é fundamental o investimento na batalha das idéias. O descuido neste terreno é fatal diante da ofensiva ideológica das elites neoliberais. Daí a importância de um veículo de informação e formação como a *Debate Sindical*, uma revista séria, aprofundada e comprometida com o avanço das lutas dos trabalhadores”

**SINDICATO DOS METROVIÁRIOS
DE SÃO PAULO**

A influência do trabalhismo



O PTB e o trabalhismo - partido e sindicato em São Paulo (1945-1964).
Maria Victoria Benevides,
Editora
Brasilense/Cedec,
São Paulo, 1989

Este livro busca resgatar a história do Partido Trabalhista Brasileiro desde a sua fundação em 1945 até a sua extinção em 1965. O PTB caracterizou-se por possuir uma grande influência junto às massas assalariadas urbanas. Foi criado com a finalidade explícita de afastar os trabalhadores da influência ascendente do Partido Comunista do Brasil, e fornecer uma base de apoio popular ao projeto político de Getúlio Vargas. O próprio Vargas enfatizava a “missão saneadora do PTB”, que serviria “como um anteparo entre os sindicatos e os comunistas”.

Desde a fundação, o partido teve como centro de sua organização a burocracia do Ministério do Trabalho. Não é casual que Marcondes Filho, ex-ministro do Trabalho do Estado Novo, tenha sido eleito o primeiro senador pelo partido em São Paulo. Referido-se à política sindical petebista, assentada na colaboração com o governo e os patrões, o secretário-geral do PTB, Jorge Duque Estrada, afirmaria: “Se não houvesse os pelegos, os comunistas dominariam todos os sindicatos. Foi um contraveneno na ocasião”.

Durante esses anos (1945-1964), o PTB foi o partido que teve maior crescimento eleitoral. Em 45 havia feito apenas 22 deputados; em 58 já elegia 116 deputados federais. Quando da sua extinção, contava com o

maior número de diretórios regionais e municipais. Mas, segundo a autora, uma das particularidades do PTB em São Paulo foi sua fraqueza eleitoral e a falta de uma unidade política e ideológica. No principal centro industrial do país, o PTB jamais conseguiu se constituir enquanto um partido de massas. UDN e PSD (principais partidos das classes dominantes) também foram fracos. São Paulo foi palco do nascimento de lideranças populistas, assentadas em fracas organizações partidárias, como Adhemar de Barros (do PSP) e Jânio Quadros (PDC).

Sintomático da fraqueza petebista foi a eleição para o governo de Estado em 1954, poucos meses após o suicídio de Vargas que ocasionou um violento protesto das massas urbanas contra o imperialismo e seus aliados locais. A rebelião popular fez que muitos políticos conservadores tivessem que se esconder e jornais anti-varguistas fossem empastelados pela multidão. A propaganda petebista em São Paulo, aproveitando-se da indignação popular, conclamava: “Cada voto num candidato do PTB é uma flor no túmulo de Getúlio”. Mas os resultados das eleições foram pífios para o PTB, que ficaria num modesto quarto lugar com apenas 4% da votação. Jânio Quadros obteve 55% dos votos.

A autora analisa então a posição do PTB sobre a estrutura sindical brasileira. Durante a votação do tema na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, os parlamentares do PTB afirmavam defender a autonomia e a liberdade sindical. Mas, como constata Benevides, essa defesa comportava “uma sensível ambiguidade, uma vez que enfatizava a necessidade de tutela constante sobre o trabalhador, que não teria meios para defender seus próprios interesses”.

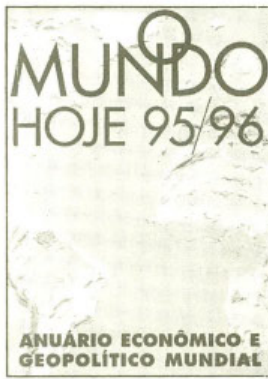
Os sindicalistas e parlamentares do PTB, apesar das críticas aos aspectos mais repressivos, sempre foram defensores da estrutura sindical corporativa criada por Vargas, especialmente da unicidade sindical e do imposto sindical. Paulo Mazagão, secretário do PTB paulista, afirmaria: "A pluralidade não é condição para liberdade sindical. Como qualquer outra liberdade sindical não pode ser absoluta; é condicionada por razões de conveniência social e das próprias entidades sindicais. A pluralidade levaria à demagogia, à concorrência desenfreada, negativa para a Justiça do Trabalho e para a distribuição da contribuição sindical". O deputado paulista Guaraci Silveira seria ainda mais claro: "Se tratando de relações de trabalho (...), o trabalhador não deve lutar contra o Estado, o que seria somente em seu prejuízo. A classe trabalhadora precisa do amparo do governo. Sozinha não pode reagir contra o capitalismo".

Segundo a autora, por trás dessa posição em defesa da estrutura sindical corporativa estava uma certa concepção sobre o Estado, que era encarado como uma instituição não

classista, como um "Estado justo e paternalista". Essa mesma concepção alimentaria a posição dos petebistas em relação ao direito de greve. Eles acabariam votando, com os setores mais conservadores, uma proposta pela qual o direito de greve deveria ficar limitado pelo "interesse público", que se confundia com o interesse do Estado. Isso impediu que o PTB apoiasse, dentro e fora do parlamento, várias greves operárias. Só no início da década de 60 que a posição do PTB se deslocaria um pouco mais à esquerda.

Podemos concluir, aproveitando algumas indicações de Benevides, que o PTB e a burocracia do Ministério do Trabalho foram os principais difusores do "mito do Estado protetor" junto às massas trabalhadoras urbanas. Este mito foi o núcleo central da ideologia populista no Brasil. Uma ideologia de fundo estatista, típica da pequena burguesia, que se alastrou pelo conjunto das classes trabalhadoras, graças às particularidades da formação capitalista brasileira no pós-30.

(Augusto César Buonicore, Historiador e
mestrando em Ciência Política pelo
IFCH/Unicamp)

FRANCISCO JOSÉ SOARES TEIXEIRA PENSANDO COM MARX Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital Prof. Dr. A. DIÁLECTICA NA DISPUTA DAS RACIONALIDADES MANFRED A. DE OLIVEIRA Prof. Dr. MARK — ESTATUTO ONTOLÓGICO E RESOLUÇÃO METODOLÓGICA J. CHAGIN	Pensando com Marx Francisco José Teixeira. Editora Ensaio, São Paulo, 1995.	 MUNDO HOJE 95/96 ANUÁRIO ECONÔMICO E GEOPOLÍTICO MUNDIAL	O mundo hoje - 95/96. Anuário econômico e geopolítico mundial. Editora Ensaio, São Paulo, 1996
---	---	--	--



Princípios é uma revista trimestral que debate os grandes problemas da atualidade. É a revista de uma época de muitas perguntas e poucas respostas para os que almejam construir um mundo de igualdade. É um espaço de indagação, investigação, elaboração, debate, polêmica, busca de caminhos, ainda que novos, irreverentes e subversores. É um ponto de referência do pensamento marxista sobre as coisas do nosso país e do nosso tempo. Você está no meio desse debate. Entre nele! Leia, recomende, discuta e assine *Princípios*. Uma revista de orientação marxista.

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ Fone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual (4 edições) - R\$ 30,00

Assinatura especial (9 edições: 5 passadas + 4) - R\$ 45,00

Mande cheque nominal com seus dados. Se preferir, ligue ou escreva dando o número do cartão Credicard e o vencimento. Ou ainda telefone, para que enviemos a revista junto com o boleto bancário.

Editora Anita Ltda.

R. Monsenhor Passalaqua, 158 – CEP 01323-010 – São Paulo – SP – Fone/Fax: (011) 289-1331

Números disponíveis para assinatura especial ou compra avulsa: 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41. Preço: R\$ 5,00.

Assine a revista

DEBATE SINDICAL

Faça hoje mesmo a sua assinatura da *Debate Sindical*. Ela custa apenas R\$ 28,00. Receba em casa ou na sede da sua entidade uma publicação especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a quatro edições.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Estado:
Telefone: (.....) CEP Data da assinatura:
Sindicato a que pertence:

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES). Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, Fone/Fax: (011) 289-1496

SEJA REPRESENTANTE DA *DEBATE SINDICAL* NO SEU ESTADO

Ajude a vender assinaturas de uma revista comprometida com o avanço do sindicalismo classista em nosso país. Além disso, complemente seu orçamento, recebendo 25% do valor da assinatura. Entre imediatamente em contato com o Centro de Estudos Sindicais para preencher o seu cadastro e receber os materiais de divulgação da *Debate Sindical*.

FONE/FAX: (011) 289-1496